



Demonstrações Financeiras

2005

**Publicadas no Diário Oficial do Estado do RS,
Jornal do Comércio do Estado do RS
e Valor Econômico,
em 09 de Março de 2006**

Sumário

Relatório da Administração e Balanço Social	3-17
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	18-19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	22
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	23-77
Informações Suplementares	
Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	78
Demonstração do Valor Adicionado	79
Demonstração do Fluxo de Caixa	80
Anexos	
Parecer dos Auditores Independentes	82-83
Manifestação do Conselho de Administração.....	84
Parecer do Conselho Fiscal	85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

Os resultados apresentados ao final do ano ratificaram a confiança da Administração na capacidade da RGE de superar os mais diversos obstáculos. Essa confiança está baseada em um quadro profissional com excelente qualificação técnica e que emprega métodos administrativos e operacionais modernos, que garantem à Empresa ótima saúde econômica e financeira em um mercado sempre crescente.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2005 confirmou a tendência de preocupação com as metas inflacionárias da política econômica brasileira. Com efeito, a austeridade da política monetária quanto aos juros para o controle da inflação foi a principal marca da política econômica traçada em 2005, trazendo custos para o setor produtivo e resultando na perda de competitividade, especialmente nos segmentos exportadores. No Rio Grande do Sul, particularidades regionais de um setor industrial fortemente voltado para o mercado externo amplificaram ainda mais esses efeitos.

A inflação foi uma das principais preocupações do Banco Central ao longo do ano de 2005, resultando na elevação da taxa Selic, que chegou a 19,75% em maio último. A partir do segundo semestre, com o aumento da confiança no atingimento da meta inflacionária, a rigidez quanto à política de juros começou a ceder e a taxa básica fechou 2005 em 18,0%, valor ainda superior ao último mês de 2004, que foi de 17,75%. Com isso o IPCA, índice oficial de inflação do governo, encerrou o ano em 5,69% e o IGPM, com forte influência da variação cambial, em 1,21%.

O Real manteve sua trajetória de valorização frente ao Dólar, terminando o ano cotado a R\$ 2,34. Essa valorização acabou por acelerar as importações no ano, mas mesmo assim sem comprometer o saldo da balança comercial brasileira, que cresceu 32,85% em 2005, atingindo um superávit de US\$ 44,8 bilhões.

Na área fiscal, o superávit primário alcançado foi de 4,84% do PIB, quando a meta era de 4,25%. Entretanto, a relação dívida/PIB não sofreu alteração, fechando o mês de dezembro em 51,6%.

No Rio Grande do Sul, o desempenho foi fortemente impactado pela conjuntura econômica nacional de juros altos e câmbio valorizado, com fatores regionais que prejudicaram sobremaneira os setores produtivos do Estado. No setor primário, a redução em relação ao ano anterior chegou a 15,20% e no setor industrial a mesma queda foi de 4,84%. Apenas o setor de serviços manteve o desempenho de 2004, com leve redução de 0,53% em 2005.

Já no início de 2005 a economia gaúcha começou a ser afetada negativamente pela alta dos juros e a forte apreciação cambial, que acabaram prejudicando mais intensamente o nível de atividade das indústrias da região, cujo perfil é pautado pelas exportações, sujeitas a concorrentes estrangeiros e com forte participação do segmento de bens de capital.

Além disso, a severa estiagem no início do ano prejudicou as culturas de verão, entre as quais se encontram importantes produtos para a economia regional, como é o caso da soja e do milho. Essa expressiva quebra da safra e a queda dos preços das commodities agrícolas descapitalizaram os produtores rurais, afetando a renda de importantes áreas dependentes da agricultura.

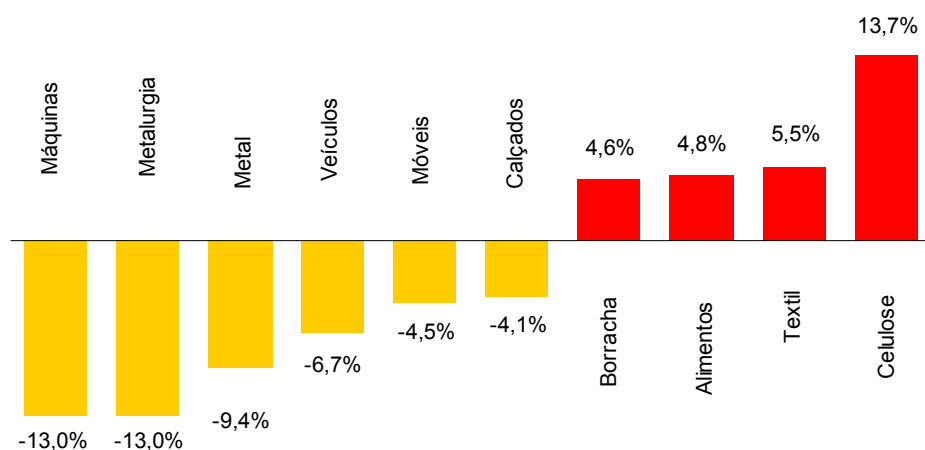
Outros fatores restritos ao Estado, que também provocaram impacto negativo sobre o desempenho da atividade gaúcha, foram o aumento das alíquotas do ICMS, aprovado ao final de 2004, e a restrição à transferência de créditos do ICMS imposta às empresas exportadoras. Essa última medida acabou descapitalizando essas empresas, que contavam com esses recursos, ainda mais em um cenário de valorização cambial.

A balança comercial do Rio Grande do Sul refletiu os impactos sobre a atividade produtiva. Mesmo com superávit de US\$ 3,8 bilhões, esse valor foi 18,01% inferior ao ano de 2004, resultante do aumento das importações em 26,49% e das exportações em apenas 5,82%.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O mercado de energia elétrica da RGE é constituído por clientes cativos, aos quais a RGE atende através da conexão à sua rede elétrica e do fornecimento de energia, e por clientes livres, que apenas conectam-se à rede elétrica da RGE, comprando eles mesmos o próprio suprimento de energia elétrica.

Variação (2004/2005) dos setores industriais mais representativos

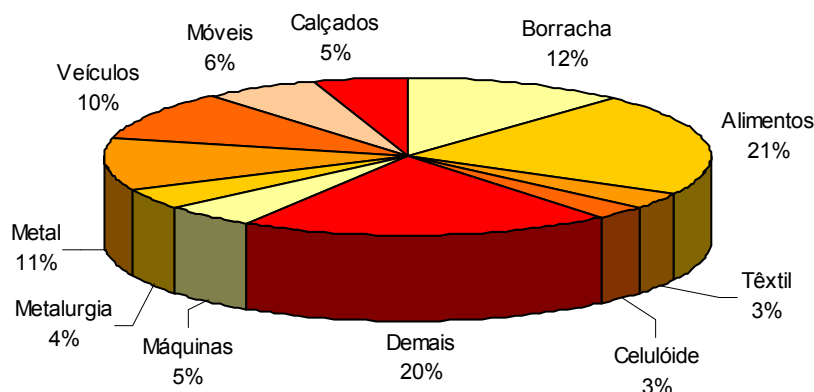


O mercado de distribuição de energia elétrica, com clientes cativos e clientes livres, cresceu em 2005 2,1%. Já o mercado cativo da RGE teve crescimento de 1,01% na sua área de concessão, o que equivale a 6.787 GWh de energia distribuída. Nesse período houve o incremento de mais de 22 mil ligações de novos clientes, totalizando 1.094.645 unidades consumidoras ligadas à rede elétrica em dezembro de 2005.

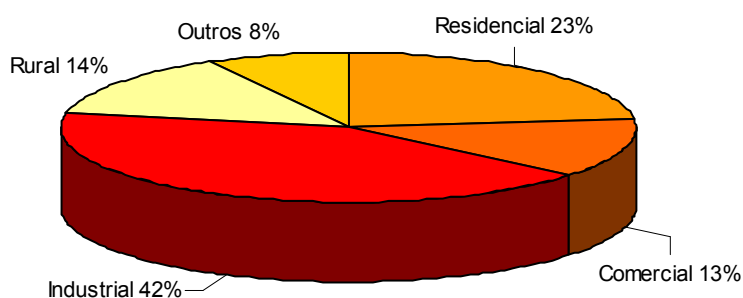
A classe residencial cresceu 2,0% sobre o consumo do ano de 2004, sendo esse o melhor desempenho dessa classe desde o racionamento em 2001. Esse resultado positivo encontra justificativa ainda nos resultados econômicos de 2004, como o aumento real da renda e do emprego, que, de modo defasado, impactaram no consumo de 2005, especialmente no primeiro semestre. Dentre as 823 mil unidades consumidoras atendidas nessa classe, 590 mil pertencem à

modalidade Convencional e 233 mil são classificadas como Baixa Renda, isto é, consumidores que têm direito à tarifa social e cuja ligação é financiada por programas especiais do governo. Nesse sentido, em 2005 o consumo dos clientes residenciais convencionais teve crescimento, em relação a 2004, de 1,57% e o consumo dos clientes de Baixa Renda cresceu 5,27%.

Consumo por setor industrial



Consumo por Classe



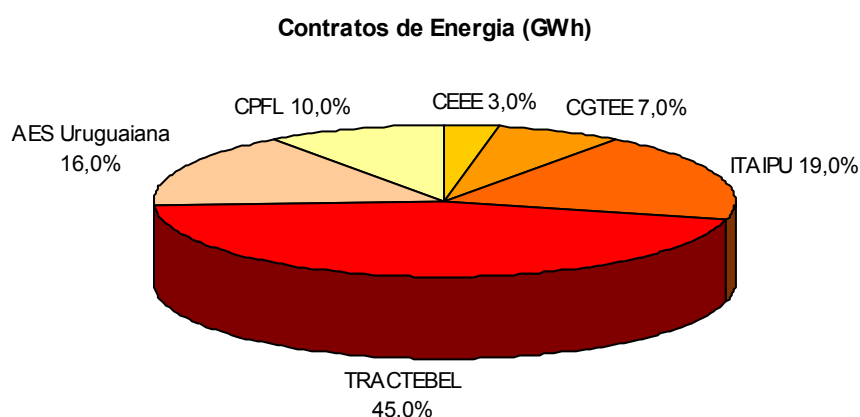
As indústrias localizadas na área de concessão e atendidas pela RGE em 2005 consumiram 2.762 GWh, o que representou uma queda de 1,8% em relação ao ano de 2004. A RGE distribuiu energia a 30.090 unidades industriais, que representaram, neste ano, 42% de toda a energia distribuída pela Concessionária. Por outro lado, em 2005, 10 unidades consumidoras representativas de 1,2% do mercado da RGE fizeram a opção para se tornarem clientes livres.

Observando-se o consumo por ramo de atividade, a classe Industrial apresentou expansão em dois dos principais segmentos: borracha e plástico, com 4,6% de crescimento anual, e alimentos e bebidas, com 4,8%. Na área de concessão da RGE, o setor de alimentos é o principal segmento industrial em termos de consumo de energia, representando 21% desse mercado. Os outros segmentos representativos são: borracha e plástico, com 12%; fabricação de produtos metálicos (exclusive máquinas e equipamentos), com 11%; e veículos, com 10%.

O desempenho negativo da classe industrial decorre, por um lado, da conjuntura macroeconômica desfavorável para o setor produtivo do Estado e, por outro, da severa estiagem que afetou sobremaneira a agricultura e, por conseqüência, o segmento industrial correlato a essa atividade.

O desempenho do consumo da Classe Comercial em 2005 foi 3,9% superior ao realizado em 2004, representando um consumo de energia de 832 GWh distribuídos para 95 mil unidades comerciais.

A Classe Rural registrou um incremento de 4,4% no consumo de energia elétrica no ano, o equivalente a 875 GWh para 134 mil consumidores.



Tarifas e Comercialização

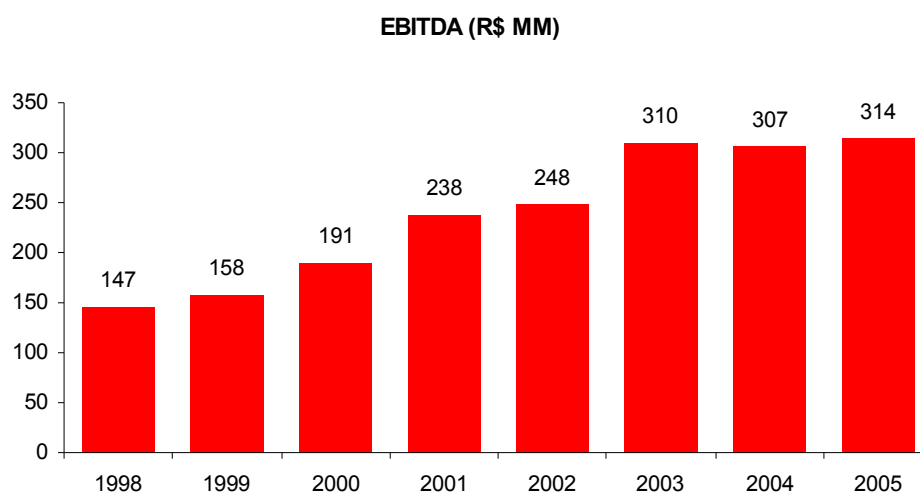
A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) determinou um índice de reajuste anual de 21,93% sobre as contas emitidas pela RGE a partir do dia 19 de abril de 2005. Desse valor, à chamada Parcela A, referente aos encargos do setor elétrico e ao custo de aquisição de energia elétrica para revenda, custos esses que não são gerenciados pelas distribuidoras, atribuem-se 17,87%. Já à chamada Parcela B, relativa aos custos operacionais para manutenção e operação do sistema elétrico da RGE, cabem outros 8,41%, valor inferior ao IGP-M do período, que foi de 11,12%. Do valor restante do reajuste, 4,33% decorrem das parcelas financeiras resultantes de custos e encargos incorridos no período tarifário anterior ao reajuste de 2005, a chamada CVA (Conta de Variação de itens da Parcela A), e 3,03% decorrem da recuperação de parte dos passivos produzidos pelo não repasse imediato das alterações das Leis do PIS e do COFINS às tarifas, problema esse que foi solucionado pela ANEEL em 2005, com a explicitação desses impostos fora da estrutura tarifária a partir de julho de 2005.

Em 2005, a ANEEL deu continuidade ao processo de realinhamento tarifário, que consiste na eliminação gradativa, no período de 2003 a 2007, dos subsídios cruzados nas tarifas de energia, conforme definido no Decreto 4.667 de 04 de abril de 2003. Em virtude desse realinhamento tarifário, os índices de reajuste por classe de consumo foram diferenciados de acordo com a classe de consumo de cada cliente.

De acordo com a legislação atual do setor elétrico, a RGE cumpriu, em janeiro de 2005, a terceira etapa da desconstrução dos contratos iniciais, processo que começou em janeiro de 2003. Houve o penúltimo degrau de desconstrução de 25% dos chamados contratos iniciais com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Tractebel Energia e o terceiro degrau de desconstrução de 10% do contrato com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Isso representou 1.069 GWh de energia elétrica, que foram substituídos pelos contratos de longo prazo com a Tractebel Energia e a CPFL Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

A RGE registrou receita bruta de R\$ 2.208.404 mil no ano de 2005, 15,7% superior a 2004. O resultado operacional gerencial antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA Gerencial) cresceu 2,1% em relação ao período anterior, atingindo R\$ 313.843 mil em 2005.

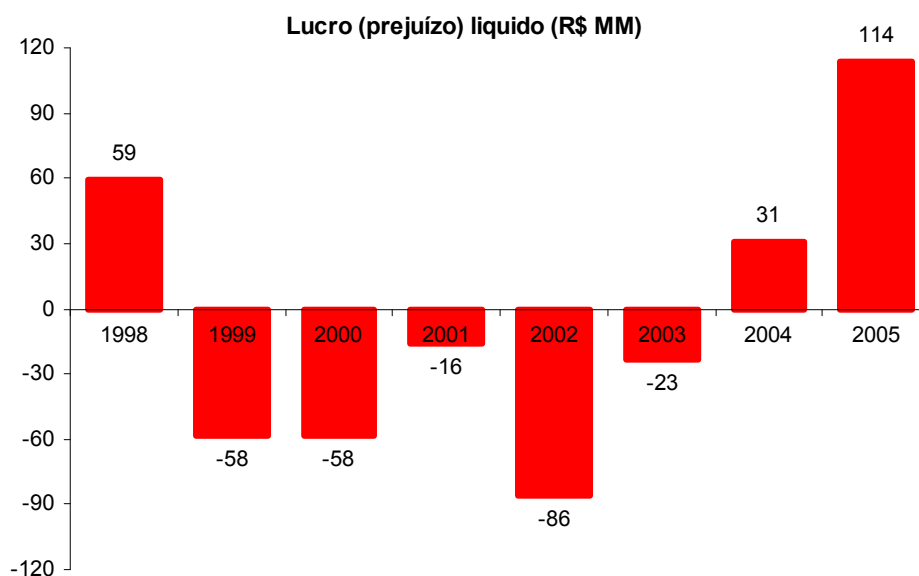


Dentre as despesas operacionais que influenciaram o EBITDA, destacamos: a constituição de provisão para perdas sobre o contas a receber com a AES Uruguaiana e energia livre, de R\$ 16.774 mil e R\$ 5.222 mil, respectivamente, e a constituição de provisão dos gastos a realizar referentes aos Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento, de R\$ 8.551 mil e 9.715 mil, respectivamente.

O resultado financeiro líquido no ano de 2005 está representado por uma despesa de R\$ 84.543 mil, sendo superior à despesa apresentada em 2004, que foi de R\$ 63.068 mil. O principal motivo desse aumento decorre do incremento dos encargos das dívidas, onde destacamos a elevação da taxa básica de juros no ano de 2005.

Cabe ressaltar o resultado de participações societárias, que reflete a perda com a ex-controlada Sul Geradora Participações S.A. (SGP) até setembro de 2005, quando a mesma foi alienada, conforme obrigatoriedade legal (Lei nº 10.848/2004). Entretanto, em decorrência dessa alienação, foi reconhecido o benefício fiscal decorrente da perda de capital referente à baixa do ágio sobre esse investimento, impactando na contribuição social e imposto de renda do ano de 2005.

Em 2005 a RGE obteve lucro líquido de R\$ 113.660 mil, significativamente superior ao de 2004, que foi de R\$ 30.752 mil, e assim consolidando a reversão do cenário de prejuízos em anos anteriores.



Em relação à estrutura de capital, a Empresa encerrou o ano 2005 com endividamento financeiro total de R\$ 663.589 mil, praticamente estável em relação ao saldo consolidado de 2004. Dos R\$ 275.858 mil de liberações de novos empréstimos de longo-prazo, destacou-se a emissão de debêntures no valor de R\$ 230.000 mil, que permitiu o alongamento do perfil da dívida. Essa emissão foi feita em duas séries, uma em CDI, com vencimento em abril de 2009 (R\$ 203.800 mil), e outra em IGP-M, com vencimento em abril de 2011 (R\$ 26.200 mil). Cabe ressaltar que o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 1.142.161 mil contra R\$ 1.107.130 mil em 2004.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2005, a RGE deu continuidade ao processo de aprimoramento de sua governança corporativa e adequação à lei Sarbanes-Oxley. O ano foi marcado pela implantação de um novo Código de Conduta, que teve o seu conteúdo discutido entre os colaboradores através de fóruns e debates, além de consultas a vários modelos utilizados no Setor Elétrico e em outras empresas. O documento final foi elaborado por um comitê que reuniu as contribuições recebidas. O Código foi revisado por Auditoria Externa e aprovado pela Diretoria da RGE. Todos os colaboradores, parceiros e a alta administração da Empresa receberam um treinamento no novo Código e assinaram um documento dando ciência de seu conteúdo.

Ainda em 2005, foi lançado o Hot-Line, canal interno de comunicação com os colaboradores na Intranet da RGE. Através de um formulário on-line, os colaboradores podem encaminhar, anonimamente, críticas, sugestões e denúncias que serão analisadas pelo Departamento de

Auditoria Interna e Gestão de Riscos. Quando o canal é acionado, o colaborador recebe um protocolo para consulta do andamento de seu comentário.

Foi implementado o Sistema de Gerenciamento de Riscos que, entre suas funcionalidades, pode monitorar os planos de ação para mitigação de riscos corporativos, visando garantir a confiabilidade das informações, dos controles e a melhoria contínua de processos administrativos, contábeis, estratégicos e operacionais.

Além disso, foi desenvolvido durante o ano de 2005 um projeto de Business Intelligence com o objetivo de integrar todas as ferramentas da RGE que atendem aos processos de Planejamento Econômico-financeiro Decenal, Orçamento Anual, Relatórios de Gestão e Balanced Scorecard (BSC). O projeto minimiza riscos associados à qualidade da informação e permite atender às demandas e sugestões apontadas nos processos de auditoria de sistemas de informação.

Também em 2005, o Sistema de Medição do Desempenho por meio do Balanced Scorecard foi utilizado como ferramenta de gestão da estratégia da Empresa sob as perspectivas financeiras, atendimento ao cliente, regulatórias, operacionais, aprendizado e desenvolvimento das pessoas, processos e da própria gestão. O uso de tal ferramenta contribuiu para o atendimento das metas e o atingimento dos resultados no ano.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a PricewaterhouseCoopers, durante o exercício de 2005, somente prestou serviços de auditoria externa.

INVESTIMENTOS E OBRAS

Os investimentos da RGE no Rio Grande do Sul somaram R\$ 138.976 mil em 2005, valor esse 41,78% superior ao do ano anterior, de R\$ 98.022 mil. Os investimentos foram aplicados na adequação e manutenção de subestações, linhas de transmissão, redes de distribuição e obras do Plano de Universalização de Energia Elétrica, entre outros.

A Empresa encerrou o ano com 1.078.155 postes, 56.307 transformadores de distribuição, 81 transformadores de força, 359 alimentadores e 65 subestações, sendo 58 de distribuição, quatro de transmissão e uma móvel. A capacidade instalada em subestações, sem considerar a subestação móvel, evoluiu de 1.417 MVA (Mega volt Ampere) em 2004 para 1.467 MVA em 2005. A extensão da rede de distribuição da RGE aumentou 1.512 km, passando de 63.526 km, em 2004 para 65.038 km em 2005, e a das linhas de transmissão teve um aumento líquido de 22 km aos 1.616 km existentes em 2004.

Destacam-se as principais obras:

Complexo de Obras Não-Me-Toque: em 2005, foi concluído o conjunto de obras do Complexo Não-Me-Toque com a implantação, pela Eletrosul, da nova subestação de conexão com a rede básica Tapera 2 – 230/69 kV, com 166 MVA de potência. A RGE construiu também uma linha de transmissão de circuito duplo de 69 kV, com derivação Tapera 2 – Tapera 1 x Soledade, com 1 quilômetro de extensão. Esse conjunto de obras propiciou um novo ponto de suprimento de energia para a RGE a partir do sistema de 230 kV da rede básica e atende às subestações de Não-Me-Toque, Ibirubá, Tapera 1 e Soledade. As obras beneficiaram 36.104 clientes.

Complexo de Obras Lagoa Vermelha: o conjunto de obras beneficiou 21.840 clientes e propiciou uma nova conexão da RGE com a rede básica. Em 2005 foram concluídas, pela Empresa de transmissão do Alto Uruguai (ETAU), as obras da subestação Lagoa Vermelha 2 – 230/138 kV, com 150 MVA. A RGE concluiu as obras da subestação Tapejara 2 – 138/13,8 kV, de 25 MVA; a

linha de transmissão Lagoa Vermelha 2 x Tapejara 2, de 138 kv, com 56 km de extensão, e a linha de transmissão de 138 kV em circuito duplo Lagoa Vermelha 2 x Lagoa Vermelha 1 – Derivação Vacaria, com 6 km de extensão.

Subestação Erechim 2: a nova subestação Erechim 2 – 138/13,8 kV – 25 MVA e a linha de transmissão de 138 kV Erechim 1 x Erechim 2, com 17,1 km de extensão, trouxeram mais qualidade e continuidade ao fornecimento de energia para a região do Alto Uruguai. As obras beneficiaram 45.665 clientes.

Ampliação da Subestação Caxias 5: com a ampliação realizada pela Eletrosul, a subestação Caxias 5 recebeu 50 MVA de potência na rede primária de 13,8 kV. A subestação recebeu também um novo transformador de força de 230/69 kV, de 165 MVA. A RGE construiu a linha de transmissão de 69 kV de circuito duplo, Derivação Caxias 5 – Caxias 2 x Caxias 1, com 0,7 km de extensão. A Empresa também recapitou a linha de transmissão de 69 kV desde a subestação Caxias 5 até a subestação Caxias 2, em um trecho de 4 km de extensão. As obras beneficiaram 25.941 clientes do município de Caxias do Sul.

Sistema de Medição para Faturamento: atendendo à Resolução 344 Aneel, a RGE implementou sistema de medição em todos os pontos de fronteira com a rede básica na sua área de concessão. Foram instalados equipamentos em 18 subestações das transmissoras CEEE e Eletrosul, bem como um sistema de supervisão junto ao CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Programa de Eficiência Energética: Em 2005, a RGE realizou o projeto Uso Inteligente da Energia, que envolvia a distribuição de lâmpadas eficientes. Foram distribuídas 187.198 lâmpadas para 93.599 clientes de baixa renda e 9.923 lâmpadas para entidades assistenciais. O projeto, que beneficiou 103 municípios, prevê a redução de 16.188 MWh/ano no consumo. A Empresa também realizou o projeto Eficientização da Iluminação Pública, que substitui lâmpadas e equipamentos convencionais por tecnologias mais eficientes. Foram substituídos 11.979 pontos de iluminação pública nos municípios de Entre Ijuís, Crissiumal, Caxias do Sul, Tapera, Guarani das Missões, Ibiraiaras, Quinze de Novembro e Sananduva. O investimento gerou uma economia aos municípios de 4.221,37 MWh/ano e 936,78 kW de demanda evitada.

Pesquisa & Desenvolvimento: em 2005, foi concluído o Ciclo 2003/2004 do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), que incluía dez projetos e um investimento, em 2005, de R\$ 1.283 mil, e foram aprovados mais dez projetos para o Ciclo 2004/2005, com investimento de R\$ 933 mil no mesmo ano. O P&D tem o objetivo de fomentar a pesquisa em atividades relacionadas ao setor elétrico e aprimorar as tecnologias e processos utilizados atualmente.

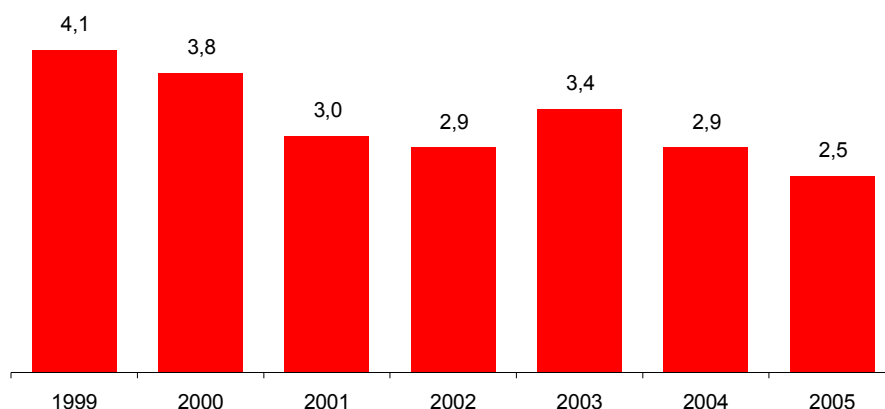
Programas Luz para Todos e Universalização da Energia Elétrica: a RGE realizou 3.363 ligações e as correspondentes obras do Programa Luz para Todos em 2005, beneficiando 16.815 pessoas em 189 municípios. Desde o início do Programa, em 2004, a Empresa já efetuou 4.767 ligações. As obras do Programa contemplam a extensão da rede de distribuição, implantação de postes, instalação de transformadores e a entrega aos clientes de um kit com até três pontos de luz e duas tomadas. O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, é desenvolvido em parceria com os governos estaduais e concessionárias de energia e permite que a instalação da energia elétrica até os domicílios seja totalmente gratuita para as famílias de baixa renda e para os consumidores residenciais, com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh/mês, na área rural. Dentro do Programa de Universalização da Energia Elétrica, a RGE efetuou 5.863 ligações e suas correspondentes obras, abrangendo 217 municípios.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O RGE 24 Horas – Serviço de Atendimento ao Cliente da Empresa, adequou-se à Resolução Aneel 057/2004, que estabelece padrões para o atendimento dos clientes das concessionárias de energia elétrica. O número de ligações ao RGE 24 Horas em 2005, refletindo a melhoria do atendimento ao cliente, foi de 3.364.080, representando uma redução, em relação a 2004, de 14%. O tempo médio de atendimento foi de 3,21 minutos em 2005, contra 3,40 minutos em 2004. Conseqüentemente, o tempo médio de espera em fila caiu de 2,28 minutos em 2004 para 26 segundos em 2005. A RGE possui 70 posições de atendimento.

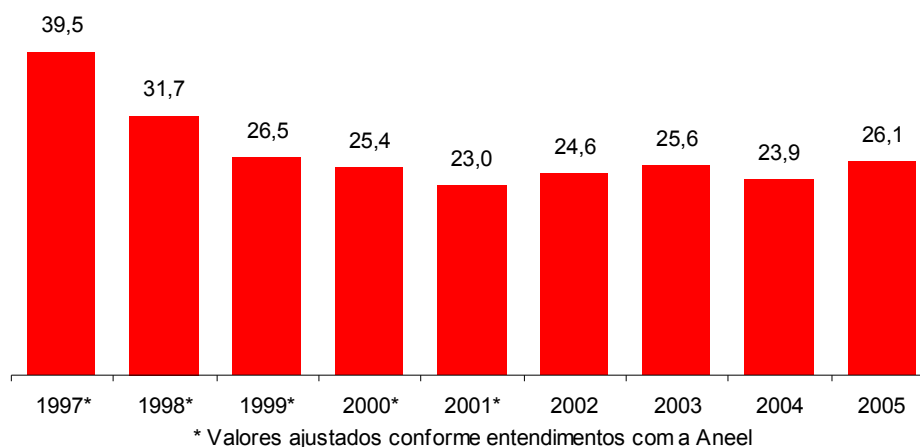
Em 2005, a RGE manteve a tendência de melhora no índice de Qualidade do Faturamento (QF). A Empresa encerrou o ano com 2,5 contas anuladas a cada 10 mil contas emitidas.

QF - Qualidade do Faturamento

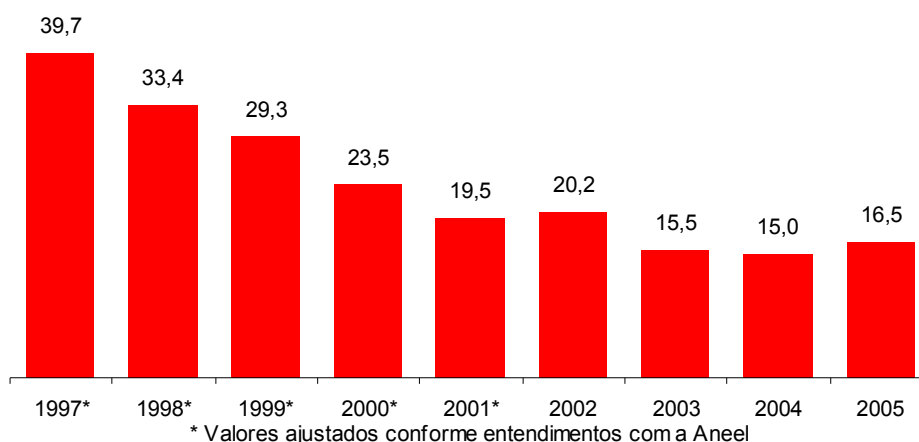


A Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) atingiu 26,1 horas em 2005 e a Freqüência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) atingiu 16,5 vezes. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) de interrupções fechou o ano com 173 minutos. O desempenho da rede foi fortemente influenciado por condições climáticas adversas ocorridas em agosto e setembro de 2005 em várias regiões da área de concessão, as quais, pelo seu caráter anormal, fizeram com que houvesse um acréscimo de cerca de 2,5 horas à duração média dos desligamentos (DEC).

DEC - Duração Equivalente de Interrupções (H)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupções (Nº)



Inadimplência e Recuperação de Créditos

A partir de julho de 2005, a RGE reverteu a tendência de crescimento da inadimplência, apurada gerencialmente, a qual, ao final do ano, acumulou-se em R\$ 119.738 mil, sendo R\$ 55.665 mil no Poder Público e R\$ 64.073 mil na classe particular. Do valor em aberto para a Classe Particular, R\$ 27.619 estão com vencimento entre 1 e 30 dias, perfazendo 43% da inadimplência particular, e R\$ 11.642 mil referem-se a recuperação de consumo por irregularidades na medição.

Para o setor Público, principalmente prefeituras, entre as quais o débito vencido atinge o montante de R\$ 44.153 mil, foram postuladas ações judiciais de cobrança visando recuperar o crescente débito referente ao não pagamento da Iluminação Pública. Paralelamente a essas ações judiciais, os esforços de negociações de dívidas fizeram com que 37 parcelamentos de débitos municipais fossem assinados, totalizando uma recuperação de R\$ 12.477 mil.

Foram realizados 262.398 mil cortes de fornecimento por não pagamento, contribuindo para a queda da inadimplência em 14,98% entre as faturas vencidas no período de 31 e 180 dias e fazendo com que a dívida particular deixasse de evoluir no mesmo ritmo dos anos anteriores (2003 – crescimento de 79,11% e 2004 – crescimento de 7,45%).

Em 2005, a RGE aumentou em 62% o número de inspeções realizadas por irregularidades na medição, totalizando 68.752 inspeções. Foram localizadas 10.300 unidades consumidoras com perda comercial. Nesse período, arrecadou-se R\$ 8.926 mil referente a consumo não medido em função das irregularidades e também ocorreu o incremento de R\$ 9.993 mil no consumo faturado após a regularização da medição.

BALANÇO SOCIAL

Balanço Social (em milhares de reais)

	2005			2004		
	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
1 - Bases de cálculo						
Receita líquida (RL)	1.503.261			1.356.449		
Resultado operacional (RO)	110.291			114.696		
Folha de pagamento bruta (FPB)	42.693			38.157		
2 - Indicadores sociais internos	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.215	12,2%	0,3%	4.456	11,7%	0,3%
Encargos sociais compulsórios	15.299	35,8%	1,0%	14.074	36,9%	1,0%
Previdência privada	4.047	9,5%	0,3%	4.854	12,7%	0,4%
Saúde	1.495	3,5%	0,1%	1.038	2,7%	0,1%
Segurança e medicina no trabalho	1.431	3,4%	0,1%	1.016	2,7%	0,1%
Educação	44	0,1%	0,0%	26	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.565	3,7%	0,1%	937	2,5%	0,1%
Creches / auxílio creche	155	0,4%	0,0%	117	0,3%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	4.069	9,5%	0,3%	5.407	14,2%	0,4%
Outros	1.176	2,8%	0,1%	871	2,3%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	34.496	80,8%	2,3%	32.796	86,0%	2,4%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos na cidadania - educação e cultura	826	0,7%	0,1%	1.766	1,5%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	671.075	608,5%	44,6%	510.193	444,8%	37,6%
Total - Indicadores sociais externos	671.901	609,2%	44,7%	511.959	446,3%	37,7%
4 - Indicadores ambientais	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Programa de gestão ambiental	156	0,1%	0%	209	0,2%	0,0%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	68	0,1%	0,0%	93	0,1%	0,0%
Total - Indicadores ambientais	224	0,2%	0,0%	302	0,3%	0,0%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.444			1.407		
Nº de admissões durante o período	152			262		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.200			1.101		
Nº de estagiários(as)	44			42		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	129			119		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	299			296		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0			0		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	75			80		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	50			50		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício de cidadania empresarial						
Valor adicionado total a distribuir	1.053.744			794.659		
Distribuição do Valor Adicionado	73,9% Governo 10,2% Acionistas	4,1% Colaboradores(as) 11,3% Terceiros	0,5% Retido	78,0% Governo 3,7% Acionistas	6,5% Colaboradores(as) 11,6% Terceiros	0,2% Retido

Recursos Humanos

A RGE encerrou 2005 com 1.444 colaboradores, frente aos 1.407 de 2004 e realizou 92.572 horas de treinamento com os colaboradores, 10,5% a mais que no ano anterior.

Plano de Saúde: a RGE ampliou a sua contribuição financeira no Plano de Saúde dos colaboradores e possibilitou a ampliação de cobertura do benefício de 76% dos trabalhadores no final de 2004 para 84,6% em 2005. O Plano oferece a cobertura de hospitalização, consultas e exames complementares.

Desenvolvimento Gerencial: foi concluída em 2005 a primeira etapa do Programa, com a realização do curso Desenvolvimento de Liderança para o Futuro, que abordou conteúdos como vantagens competitivas da liderança em todos os níveis organizacionais e seu impacto nos resultados da empresa; a empresa como ambiente gerador e retentor de talentos; o ser humano, seus comportamentos e reações; e gerência de emoções.

Desenvolvimento de Equipes – Team Building: A RGE deu início em 2005 ao projeto de desenvolvimento de equipes com os objetivos de aprimorar as relações de trabalho da equipe e sua inter-relação com as demais áreas da empresa; criar equipes de alta frequência e aumentar a eficácia das competências de comunicação, criatividade, liderança, decisão, negociação, flexibilidade, planejamento, controle, delegação de tarefas e alcance de resultados.

RH Responde: o projeto RH Responde é um canal de comunicação direto entre os colaboradores e o Departamento de Recursos Humanos para abordar qualquer assunto relativo ao contrato de trabalho (férias, salário, benefícios, jornada de trabalho), ao ambiente de trabalho (organização das tarefas, relações com colegas), qualidade de vida, medicina ocupacional, treinamento e desenvolvimento, recrutamento e seleção ou sobre outros programas desenvolvidos pelo RH.

Comunicação Interna: em 2005, a RGE implementou um programa de Comunicação Interna com o objetivo de melhorar o clima organizacional e aprimorar o processo de comunicação da Empresa. O programa contemplou uma sensibilização com todos os gestores, através do 1º Workshop de Comunicação Interna da RGE e se desdobrou em diversos projetos durante o ano. Entre eles destacaram-se:

- Encontros RGE: mensalmente 15 colaboradores são sorteados para um almoço com o Presidente na Sede da Empresa. O evento é um momento de integração com o Presidente, que motiva os colaboradores a falarem sobre seu trabalho, expectativas, sugestões de melhoria e família. Em oito eventos realizados em 2005, 37 sugestões de melhoria foram sugeridas e implementadas.
- Relatório Gerencial: um relatório com os principais assuntos debatidos mensalmente na Reunião Gerencial da Empresa é enviado a todos os gestores, que têm o prazo máximo de três dias para reunir suas equipes e repassar as informações.
- Homenagem por Tempo de Serviço: em 2005, a RGE implantou o seu programa de homenagem aos colaboradores por tempo de serviço. A cada cinco anos de trabalho na Empresa, o colaborador será homenageado na festa de final de ano. Nas festas de Natal de 2005, a Empresa presenteou 985 colaboradores com um relógio personalizado.

Pesquisa de Clima: Em 2005, a RGE realizou uma nova Pesquisa de Clima Organizacional para avaliar os resultados do Plano de Ação de Melhoria do Clima. A pesquisa obteve 89,9% de adesão, contra 76,0% em 2004 e obteve uma melhora de 14% na satisfação dos colaboradores, atingindo um índice de satisfação de 68,1%.

Segurança

A segurança na RGE continuou sendo o assunto prioritário no ano de 2005. Em 2004, a Empresa implementou uma reestruturação na área e os resultados começaram a surtir efeito em 2005. A Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho (TF) em 2005 foi de 5,32, representando uma redução de 29% em relação ao ano anterior. Igualmente, a Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho (TG) reduziu-se em 86%, estando em 2005 em 227 dias.

Entre os projetos desenvolvidos durante o ano, destacam-se:

Plano Especial de Segurança: a RGE deu continuidade ao processo de melhoria contínua do seu Sistema de Gestão de Segurança e implementou a revisão dos contratos de prestação de serviços com equipes terceirizadas, bem como um Sistema de Gestão de Segurança com Contratadas.

Novo Manual do Eletricista Padrão (MEP): o manual de padronização dos procedimentos e execução das tarefas na rede de distribuição da RGE foi revisado de acordo com as melhores práticas de trabalho e normas de segurança do setor elétrico. Essa revisão teve a participação direta dos eletricitistas, técnicos de segurança e instrutores de segurança da Empresa.

Treinamentos NR-10: a Empresa treinou durante o ano de 2005 seus eletricitistas nos cursos básico e complementar da NR-10 (Norma Regulamentadora Nº 10 – Segurança e Instalações e Serviços em Eletricidade).

Pesquisa de Cultura de Segurança: foi aplicada a todos os colaboradores da RGE uma pesquisa sobre cultura em segurança na RGE, com o objetivo de avaliar o nível de alinhamento das equipes em relação a conceitos de segurança trabalhados pela Empresa. Os resultados dessa pesquisa irão contribuir para a melhoria do Sistema de Gestão de Segurança da RGE e dos processos de comunicação das informações.

Observação de Tarefas: com o objetivo de melhorar as práticas de campo nas atividades da RGE e prevenir acidentes graves e fatais, foram realizadas 6.600 observações de tarefas no grupo de eletricitas, leituristas e entregadores de conta da Empresa, verificando-se um índice de comportamento seguro de 95%.

Meio Ambiente

A RGE confirmou o seu compromisso com o meio ambiente em 2005. Diversos projetos de preservação e promoção do meio ambiente foram desenvolvidos:

Sistema de Gestão Ambiental: a RGE deu continuidade aos trabalhos de estruturação de seu sistema de Gestão Ambiental e preparação para a certificação da ISO 14.001. No final do ano, a Empresa passou por um processo de auditoria ambiental externa, onde foi possível identificar pontos de melhoria na área.

Projeto de Logística Reversa: os resíduos recolhidos no sistema elétrico são recuperados ou reciclados, diminuindo o impacto dos materiais sobre o meio ambiente. Em 2005, o projeto recuperou 9% do material e encaminhou para a reciclagem 91%, de um total de 6.182 toneladas de materiais.

Campanha de Repovoamento da Araucária: a RGE lançou a quarta etapa da Campanha de Repovoamento da Araucária, em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). Através desse projeto foram distribuídas quatro toneladas de sementes (pinhão), juntamente com uma cartilha com orientações para o plantio, nas principais regiões onde a árvore ocorre naturalmente. De 2002 a 2004, a RGE já distribuiu 29,5 toneladas de sementes e 50 mil cartilhas.

Campanha Árvores Nobres: a terceira etapa da campanha, também em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, foi realizada e distribuiu 18 mil mudas de cedro, louro e caroba. As mudas foram distribuídas nas regiões das Missões e Noroeste do RS. Nos anos anteriores, a RGE distribuiu 76 mil mudas através da campanha.

Desenvolvimento Cultural e Social

A RGE manteve a sua política de patrocínios em 2005 e fechou o ano com 34 projetos apoiados, sendo 23 eventos culturais e promocionais, quatro eventos do setor elétrico e sete eventos da área jurídica e de defesa do consumidor. Dentre estes, destacamos:

RodaCineRGE: através de um furgão com equipamento de projeção e som, a magia do cinema encantou 99 mil pessoas em praças e ginásios de gaúchas, em 184 sessões. O projeto, já em sua 4ª edição, tem o objetivo de levar o cinema nacional para as localidades que não contam com salas de exibição.

Prêmio RGE/Governo RS de Cinema: em 2005, a RGE anunciou os ganhadores da Terceira Edição do Prêmio RGE/Governo RS de Cinema, concurso pelo qual a RGE apóia a produção de filmes gaúchos. Foram selecionados os projetos "Fuga em ré menor para Kraunus e Pletskaia", de Otto Guerra, "Insônia", de Beto Souza, e "Quase um Tango Argentino", de Sérgio Silva. Cada um dos três projetos de receberá R\$ 1.500 mil, através da Lei de Incentivo à Cultura do RS e da Lei

Federal do Audiovisual. O Prêmio RGE/Governo RS de Cinema é o maior incentivo já concedido na história do setor audiovisual brasileiro.

RGE, Unicef e Você, Amigos da Criança: O projeto reverteu mais de R\$ 1,1 milhão em recursos para o programa Primeira Infância Melhor, da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. As doações dos clientes que aderiram ao projeto, doando R\$ 1,00 através da conta de energia elétrica, proporcionaram também a capacitação de jornalistas na abordagem de temas relacionados à infância em 102 municípios brasileiros, além da impressão de mil exemplares do kit Família Brasileira Fortalecida – um conjunto de cinco álbuns utilizados por agentes comunitários de saúde em todo o Brasil para orientar as famílias quanto aos cuidados e à educação de seus filhos de 0 a 6 anos.

Incentivo ao Voluntariado: a RGE manteve em 2005 o seu apoio às Organizações Não Governamentais (ONG) Junior Achievement, que desperta o espírito empreendedor dos jovens, ainda na escola, e Parceiros Voluntários. Além do apoio financeiro que presta às instituições, a RGE estimula, qualifica e encaminha seus colaboradores para seu envolvimento com as ONGS.

Relacionamento com a Imprensa

Ao longo de 2005, a RGE obteve registrou um total de 896 matérias publicadas na imprensa, sendo 441 positivas, 379 neutras e 76 negativas. Em relação a 2004, houve um aumento de 6,3% no número de matérias positivas e neutras publicadas.

PREMIAÇÕES E CERTIFICAÇÕES

Em 2005 RGE recebeu o reconhecimento de diversas entidades, através de importantes prêmios e certificações nacionais e regionais.

- Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) - Região Sul, medido pela Agência Nacional de Energia Elétrica com base em uma pesquisa realizada anualmente com o consumidor residencial, verifica o grau de satisfação em relação aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica. A RGE conquistou o melhor índice entre as distribuidoras com mais de 400 mil clientes na Região Sul. Em 2004, a RGE obteve o melhor IASC no Rio Grande do Sul;
- Prêmio de Melhor Gestão Comercial concedido pela Revista Eletricidade Moderna;
- Prêmio Expressão de Ecologia nas categorias “Controle da Poluição – Energia”, com o case Logística Reversa, e “Manejo Florestal”, com o case Repovoamento da Araucária e Árvores Nobres. O prêmio foi concedido pela Revista Expressão;
- Manutenção das Certificações Internacionais ISO 9001:2000: como forma de garantir o processo de melhoria contínua nos serviços de distribuição de energia elétrica e segurança e saúde ocupacional.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos em 2005 pela RGE refletem o trabalho dedicado e profissional de Colaboradores, Parceiros e Acionistas com o apoio e reconhecimento dos Clientes. Destacamos também a parceria com o Poder Concedente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência Regulatória dos Serviços Delegados do Estado do Rio Grande do Sul, sempre orientado na melhoria contínua da qualidade da prestação do Serviço Público. Estamos certos que essa dedicação, aliada à ética e à responsabilidade marcantes de nossos colaboradores, nos trará um ano de 2006 de maiores progressos e resultados positivos.

A ADMINISTRAÇÃO

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Ativo		
Circulante		
Numerário disponível	20.947	23.223
Aplicações financeiras (nota 5)	952	5.663
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	364.744	307.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(31.293)	(10.401)
Tributos a compensar (nota 7)	39.495	33.934
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8)	37.382	17.544
Estoque	4.876	4.376
Diferimento de custos tarifários (nota 9)	54.166	67.686
Despesas pagas antecipadamente	3.062	3.676
Outros créditos (nota 10)	22.200	27.771
	516.531	481.353
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras (nota 5)	15.813	5.024
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	30.629	24.263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(5.149)	-
Tributos a compensar (nota 7)	9.952	6.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8)	41.110	42.538
Depósitos judiciais (nota 23)	18.308	16.531
Diferimento de custos tarifários (nota 9)	28.223	54.331
Despesas pagas antecipadamente	3.005	1.225
Outros créditos (nota 10)	3.336	4.873
	145.227	154.945
Permanente		
Investimentos (nota 11)	-	940
Imobilizado (nota 12)	1.645.263	1.612.495
Diferido (nota 13)	18.551	21.628
	1.663.814	1.635.063
Total do ativo	2.325.572	2.271.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Passivo		
Circulante		
Fornecedores (nota 14)	145.662	125.717
Folha de pagamento	1.103	1.193
Debêntures (nota 15)	10.939	-
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	216.476	148.053
Taxas regulamentares (nota 17)	4.542	11.219
Tributos e contribuições sociais (nota 18)	46.067	75.282
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8)	16.807	-
Dividendos (nota 19)	63.071	46.752
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas (nota 20)	7.458	6.555
Diferimento de ganhos tarifários (nota 9)	12.754	12.053
Obrigações estimadas (nota 21)	6.663	6.199
Outras contas a pagar (nota 22)	39.412	16.439
	570.954	449.462
Exigível a longo prazo		
Debêntures (nota 15)	230.000	-
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	206.174	325.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8)	115.463	139.772
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas (nota 20)	14.452	22.952
Diferimento de ganhos tarifários (nota 9)	1.872	6.981
Provisão para contingências (nota 23)	37.171	37.411
Provisão para passivo a descoberto da controlada (nota 11)	-	181.591
Obrigações estimadas (nota 21)	998	971
Outras contas a pagar (nota 22)	6.327	87
	612.457	714.769
Patrimônio líquido (nota 24)		
Capital social	830.457	784.430
Reserva de capital	69.673	69.673
Reserva de reavaliação	235.291	251.970
Reserva de lucro	7.221	1.538
Ações em tesouraria	(481)	(481)
	1.142.161	1.107.130
Total do passivo	2.325.572	2.271.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004****(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por grupo de mil ações)**

	2005	2004
Receita operacional (nota 25)		
Fornecimento de energia elétrica	2.148.487	1.862.796
Suprimento de energia elétrica	30.566	27.157
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	13.033	893
Outras receitas operacionais	16.318	17.918
	2.208.404	1.908.764
Deduções da receita operacional		
ICMS	(461.655)	(358.132)
PIS	(35.898)	(25.007)
COFINS	(162.764)	(117.113)
Reserva global de reversão	(10.758)	(9.941)
Encargos tarifários emergenciais	(34.068)	(42.122)
	(705.143)	(552.315)
Receita operacional líquida	1.503.261	1.356.449
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica (nota 26)		
Energia elétrica comprada para revenda	(733.582)	(692.883)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(162.917)	(129.487)
	(896.499)	(822.370)
Custo de operação		
Pessoal	(18.209)	(22.868)
Entidade de previdência privada	(355)	(788)
Material	(6.643)	(7.320)
Serviços de terceiros	(17.038)	(15.503)
Depreciação e amortização	(47.731)	(43.057)
Conta consumo de combustível	(67.570)	(56.590)
Conta de desenvolvimento energético	(46.954)	(30.846)
Outros custos de operação	(4.120)	(6.009)
	(208.620)	(182.981)
Custo de serviço prestado a terceiro		
Pessoal	(74)	-
Depreciação e amortização	(544)	(461)
Custos com manutenção	(349)	(312)
	(967)	(773)
Lucro operacional bruto	397.175	350.325
Despesas operacionais (nota 27)		
Despesas com vendas	(82.684)	(51.734)
Despesas gerais e administrativas	(91.381)	(68.910)
Amortização de ágio	(12.149)	(15.779)
	(186.214)	(136.423)
Resultado do serviço	210.961	213.902
Resultado de participações societárias	(16.127)	(36.138)
Receita (despesa) financeira (nota 28)		
Receita	40.474	36.895
Despesa	(125.017)	(99.963)
	(84.543)	(63.068)
Resultado operacional	110.291	114.696
Receita (despesa) não operacional (nota 29)		
Receita	1.323	1.457
Despesa	(17.505)	(14.634)
	(16.182)	(13.177)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	94.109	101.519
Contribuição social (nota 8)	5.175	(18.945)
Imposto de renda (nota 8)	14.376	(51.822)
	113.660	30.752
Lucro líquido do exercício	113.660	30.752
Lucro líquido por grupo de mil ações - R\$	140,81	39,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reserva de lucro		Lucros (prejuízos) acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos	Reserva de reavaliação	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2003	784.430	125.161	6.916	221	268.921	-	(222.339)	(481)	962.829
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.752	-	30.752
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(16.951)	-	16.951	-	-
Renúncia dos acionistas preferencialistas aos dividendos fixos	-	18.000	-	-	-	-	-	-	18.000
Capitalização de parte dos dividendos fixos (nota 34.d)	-	141.714	-	-	-	-	-	-	141.714
Absorção do saldo de prejuízo acumulado de 2003	-	(222.339)	-	-	-	-	222.339	-	-
Destinação do lucro do exercício: (nota 19)									
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.538	(1.538)	-	-
Dividendos propostos:									
Ações preferenciais (por grupo de mil ações - R\$ 64,33)							(9.310)		(9.310)
Ações ordinárias (por grupo de mil ações - R\$ 58,48)							(36.855)		(36.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	784.430	62.536	6.916	221	251.970	1.538	-	(481)	1.107.130
Ajustes de exercícios anteriores (nota 24)	-	-	-	-	-	-	(12.350)	-	(12.350)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	113.660	-	113.660
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(16.679)	-	16.679	-	-
Aumento de capital - subscrição de ações (nota 24)	46.027	-	-	-	-	-	-	-	46.027
Destinação do lucro do exercício: (nota 19)									
Reserva legal	-	-	-	-	-	5.683	(5.683)	-	-
Dividendos RCA 18/11/2005:									
Ações preferenciais (por grupo de mil ações - R\$ 66,93)							(10.084)	-	(10.084)
Ações ordinárias (por grupo de mil ações - R\$ 60,84)							(39.916)		(39.916)
Dividendos propostos:									
Ações preferenciais (por grupo de mil ações - R\$ 83,40)							(12.565)		(12.565)
Ações ordinárias (por grupo de mil ações - R\$ 75,82)							(49.741)		(49.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	830.457	62.536	6.916	221	235.291	7.221	-	(481)	1.142.161

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 1.415,02 (R\$ 1.427,77 em 31 de dezembro de 2004).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em milhares de reais)

ORIGENS DE RECURSOS	2005	2004
Das operações		
Lucro líquido do exercício	113.660	30.752
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e amortização	64.835	56.317
Crédito de PIS sobre depreciação	-	3.002
Amortização de ágio	12.149	15.779
Provisão para contingências	3.874	7.343
Juros, variações monetárias e cambiais de longo prazo	3.340	11.833
Resultado de participações societárias	16.127	36.138
Perda na alienação de investimento	243	-
Perdas na baixa de imobilizado	20.492	16.317
Perdas na baixa de diferido	257	-
Provisão para perdas em investimento	940	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.168	48.833
	238.085	226.314
Dos Acionistas		
Aumento de capital - subscrição de ações (nota 24)	46.027	-
Renúncia dos preferencialista aos dividendos fixos	-	18.000
Capitalização de parte dos dividendos fixos (nota 34.d)	-	141.714
	46.027	159.714
De terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	275.858	240.374
Contribuição e doação do consumidor	12.351	9.697
Conta de compensação de variação dos custos da parcela "A"	2.950	4.039
Outras adições do exigível a longo prazo	7.195	5.857
Realizável a longo prazo transferido para o circulante	45.309	61.485
	343.663	321.452
Total das origens	627.775	707.480
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No realizável a longo prazo	37.019	55.438
No exigível a longo prazo	18.242	21.493
No investimento	197.961	17.838
No imobilizado	138.976	98.022
No diferido	799	1.952
Exigível a longo prazo transferido para o circulante	196.436	128.502
Dividendos propostos e dividendos RCA 18/11/2005	112.306	46.165
	701.739	369.410
(Redução) aumento do capital circulante líquido	(73.964)	338.070
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No início do exercício	481.353	429.840
No fim do exercício	516.531	481.353
	35.178	51.513
Passivo circulante:		
No início do exercício	449.462	736.019
Ajustes de exercícios anteriores (nota 24)	12.350	-
No início do exercício - ajustado	461.812	736.019
No fim do exercício	570.954	449.462
	109.142	(286.557)
(Redução) aumento do capital circulante líquido	(73.964)	338.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua razão social alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 13/1997, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Contrato de Concessão.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4.

Adicionalmente, visando ao aprimoramento das informações divulgadas, estão sendo apresentadas como informações suplementares, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

E, com o objetivo de permitir uma melhor análise das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como, o de preservar o atributo da comparabilidade, foram efetuadas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2004, no grupo do ativo circulante, sendo transferida as transações de serviços em curso para os outros créditos e, no grupo do exigível a longo prazo, foram transferidas parte das transações de outras contas a pagar para as obrigações estimadas e para as contas a pagar de aposentarias incentivadas. Essas reclassificações encontram-se detalhadas nas notas explicativas.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Plano de contas – a Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido através da Resolução ANEEL nº 444/2001.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela “A”) – CVA – está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até a data do balanço e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores (vide nota 9).

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais, relativo aos financiamentos obtidos de terceiros para a aplicação no imobilizado em curso, são transferidos do resultado para o custo desse ativo, ou seja, são capitalizados.

Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente, parte dos gastos da Administração Central são apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso, conforme Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – as compras e as vendas estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (vide nota 31).

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – incluem aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário (vide nota 5).

Consumidores, concessionárias e permissionárias – as contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada (vide nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos (vide nota 6).

Estoques – são avaliados e registrados ao custo histórico médio e não supera o valor de mercado. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Investimentos – estão registrados pelo custo de aquisição e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado. O investimento em controlada, alienado em 13 de setembro de 2005 era avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O valor correspondente ao passivo a descoberto da controlada estava até então registrado no exigível a longo prazo como Provisão para passivo a descoberto da controlada (vide nota 11).

Imobilizado – os bens adquiridos até 31 de março de 2003 estão registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por perito independente, e os adquiridos a partir daquela data estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida econômica útil dos bens (vide nota 12).

Diferido – é composto de gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos (vide nota 13).

Fornecedores – incluem obrigações com fornecedores de energia, encargos de uso da rede elétrica, obrigações com fornecedores de materiais e serviços e obrigações correspondentes à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (vide nota 14).

Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados pela variação monetária ou cambial e juros, determinados em cada modalidade, incorridas até a data do balanço (vide nota 15 e 16).

Contas a pagar de aposentadorias incentivadas – por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a. Adicionalmente, a Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a avaliação desse benefício de acordo com a Deliberação CVM nº. 371/2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores (vide nota 20).

Provisão para contingências – são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda configuram contingências prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos na data do balanço (vide nota 23).

Imposto de renda e contribuição social – estão calculados conforme normas estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis e débitos fiscais sobre as diferenças temporárias passivas (vide nota 8).

Resultado – o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A energia elétrica fornecida e faturada é reconhecida com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL. A energia elétrica fornecida e não faturada é provisionada considerando o faturamento mensal anterior. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Estimativas contábeis – na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia baseie-se em estimativas para contabilizar certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequente, podem diferir dessas estimativas. Entretanto, a Administração da Companhia revisa periodicamente essas estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Instrumentos financeiros – o resultado da Companhia está suscetível às variações da taxa de câmbio do dólar e à variação da cesta de moedas do BNDES, uma vez que possui financiamentos atrelados a esses indexadores. Com o objetivo de administrar esse tipo de risco a Administração da Companhia tem adotado a política de contratar operações de “swap”, substituindo a variação desses indexadores pela variação do CDI (vide nota 30).

Lucro líquido e patrimônio líquido por ação – estão determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

c) Práticas contábeis para consolidação

A ex-controlada integral Sul Geradora Participações S.A. foi alienada em 13 de setembro de 2005 (vide nota 11). Portanto, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005 comparativamente as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, referem-se somente a controladora, Rio Grande Energia S.A.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipo de aplicação	Taxa média (% do CDI)		2005	2004
	2005	2004		
Curto prazo				
CDB - DI	99,3%	99,5%	952	4.336
Fundos de investimento	-	103,7%	-	1.327
Total de curto prazo			952	5.663
Longo prazo				
CDB - com swap cambial (i)	100,0%	100,0%	5.452	4.677
Fundos de investimento (ii)	102,6%	104,3%	10.361	347
Total de longo prazo			15.813	5.024
Total curto e longo prazo			16.765	10.687

CDB-DI - Certificado de Depósito Bancário - Depósito Interfinanceiro

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

(i) Vide nota 16 - Unibanco moeda estrangeira; e

(ii) Vide nota 16 - BNDES FINEM (Período de 2003 a 2005).

6 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldo				Provisão para devedores duvidosos		Saldo líquido		
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais 90 dias	Total 2005	Total 2004	2005	2004	2005	2004
Curto prazo									
Consumidores									
Residencial	48.510	18.112	5.989	72.611	60.781	(3.751)	(2.569)	68.860	58.212
Industrial	47.254	9.076	16.836	73.166	55.178	(3.055)	(3.053)	70.111	52.125
Comercial e serviços	25.111	6.836	12.363	44.310	38.131	(7.460)	(4.761)	36.850	33.370
Rural	10.089	1.625	877	12.591	11.050	(180)	(18)	12.411	11.032
Poder público	6.474	4.466	2.601	13.541	14.043	-	-	13.541	14.043
Iluminação pública	11.923	2.590	41.563	56.076	45.332	-	-	56.076	45.332
Serviço público	5.391	80	429	5.900	5.462	-	-	5.900	5.462
Fornecimento não faturado	61.474	-	-	61.474	53.517	-	-	61.474	53.517
Subtotal	216.226	42.785	80.658	339.669	283.494	(14.446)	(10.401)	325.223	273.093
Concessionária e permissionária	5.623	-	-	5.623	4.708	-	-	5.623	4.708
Comercialização - CCEE (*)	3	-	-	3	-	-	-	3	-
AES Uruguiana	16.774	-	-	16.774	16.774	(16.774)	-	-	16.774
Energia livre	2.675	-	-	2.675	2.905	(73)	-	2.602	2.905
Total	241.301	42.785	80.658	364.744	307.881	(31.293)	(10.401)	333.451	297.480
Longo prazo									
Consumidores									
Residencial	399	-	-	399	1.258	-	-	399	1.258
Industrial	3.451	-	-	3.451	1.659	-	-	3.451	1.659
Comercial e serviços	996	-	-	996	1.763	-	-	996	1.763
Rural	18	-	-	18	48	-	-	18	48
Poder público	2.352	-	-	2.352	2.534	-	-	2.352	2.534
Iluminação pública	15.508	-	-	15.508	13.399	-	-	15.508	13.399
Subtotal	22.724	-	-	22.724	20.661	-	-	22.724	20.661
Energia livre	7.905	-	-	7.905	3.602	(5.149)	-	2.756	3.602
Total	30.629	-	-	30.629	24.263	(5.149)	-	25.480	24.263

(*) vide nota 31

Créditos vencidos

Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades - para essas classes de consumidores o saldo dos créditos vencidos é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de após aproximadamente 45 dias da conta em atraso interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso.

Poder público, iluminação pública e serviço público - para essas classes de consumidores o maior montante de créditos vencidos refere-se às Prefeituras. Entretanto devido à natureza destes consumidores e a política de parcelamentos e ou renegociações destes créditos, a Administração acredita que não haverá perdas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os casos de créditos relevantes, ou com características similares, foram realizadas análises, considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da Administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de recuperação judicial ou falência;
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Movimentação da provisão para devedores duvidosos:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldo inicial	10.401	22.458
Provisão constituída (vide nota 27)	39.842	10.762
Baixas ocorridas no exercício	(13.801)	(22.819)
Saldo final	36.442	10.401

No ano de 2005 foi recuperado o montante de R\$ 4.042 (R\$ 1.404 no ano de 2004), correspondente a créditos baixados em períodos anteriores.

AES Uruguaiiana

O valor a receber da AES Uruguaiiana, refere-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. A Administração da Companhia reavaliou a estimativa de realização desse contas a receber e, optou pela constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2005.

Energia livre (Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico)

A Lei 10.438/2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), denominada como “Energia Livre”, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A ANEEL homologou o montante relativo à compra de energia no âmbito do antigo MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de “Energia Livre”, foi elaborado, no âmbito do “Acordo Geral do Setor Elétrico”, o “Acordo de Reembolso de Energia Livre”, onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores. A Companhia fez jus a um ativo de energia livre no montante de R\$ 11.104.

Em dezembro de 2005, a Companhia efetuou a atualização financeira com base na variação da taxa SELIC simples capitalizada mensalmente, acrescida de um spread de 1,0% a.a. aplicados sobre 86,7% do saldo credor e, SELIC simples capitalizada mensalmente para o restante de 13,3% do saldo credor, conforme estabelecido no Ofício Circular nº 2.212/2005-SFF/SER/ANEEL. Uma vez que a companhia obteve financiamento junto ao BNDES, vide nota 16, o percentual de captação representou 86,7% do ativo de energia livre.

Adicionalmente, foi constituída a provisão para perdas com energia livre tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados irrestritamente, não havendo nenhum aspecto que autorize sua ampliação pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

Demonstrativo analítico da posição do contas a receber de energia livre, em 31 de dezembro de 2005, conforme Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL:

Concessionárias	Saldo a receber		Provisão de perda		Líquido	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
BANDEIRANTE	138	299	-	(149)	138	150
EEB	7	-	(7)	-	-	-
CAIUÁ	2	49	-	(49)	2	-
CAT-LEO	3	-	(3)	-	-	-
CEB	35	137	-	(69)	35	68
CELG	95	24	-	-	95	24
CEMAT	33	-	(33)	-	-	-
CEMIG	407	1.289	-	(813)	407	476
CENF	2	4	-	(3)	2	1
CERJ	80	346	-	-	80	346
CESP	18	44	-	(44)	18	-
CPFL	240	642	-	(402)	240	240
CSPE	4	11	-	(2)	4	9
ELEKTRO	154	115	-	(115)	154	-
ELETROPAULO	464	906	-	(520)	464	386
ENERSUL	45	83	-	(34)	45	49
ESCELSA	73	250	-	(195)	73	55
CJE	1	2	-	(2)	1	-
LIGHT	280	928	-	(601)	280	327
CNEE	4	5	-	(5)	4	-
PIRATININGA	33	317	-	(317)	33	-
CLFSC	12	9	-	(3)	12	6
EEVP	5	-	(5)	-	-	-
CEAL	47	8	-	-	47	8
CELB	4	26	-	(20)	4	6
CELPE	96	284	-	(172)	96	112
CEPISA	18	93	-	(68)	18	25
CHESF	54	95	-	-	54	95
COELBA	127	392	-	(244)	127	148
COELCE	72	244	-	(148)	72	96
COSERN	28	142	-	(45)	28	97
ENERGIPE	3	64	-	(64)	3	-
SAELPA	34	85	-	(54)	34	31
CELPA	29	118	-	(118)	29	-
CELTINS	2	-	(2)	-	-	-
CELMAR	23	-	(23)	-	-	-
ELETRONORTE	3	894	-	(893)	3	1
Total	2.675	7.905	(73)	(5.149)	2.602	2.756

7 TRIBUTOS A COMPENSAR

	Curto prazo		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Antecipações de contribuição social - CSLL	8.343	6.849	-	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	22.587	18.905	-	-
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.233	355	-	-
Contribuição social na fonte a compensar	175	22	-	-
Imposto de renda na fonte a compensar	211	28	-	-
ICMS sobre aquisição para o imobilizado	6.810	7.636	9.952	6.160
Outros	136	139	-	-
Total	39.495	33.934	9.952	6.160

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Representam os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais e sobre a base negativa da contribuição social, controlados na Parte "B" do LALUR. Estes créditos estão registrados, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros e no limite de 30,0% para compensação anual dos lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, que serão integralmente recuperados no momento da realização, como segue:

a) Apuração da contribuição social e do imposto de renda diferidos:

<u>Ativo Fiscal</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social</u>	101.714	101.714
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	34.583	34.583
<u>Diferenças temporárias</u>		
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	21.910	29.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.442	10.401
Provisão para contingências	30.849	30.052
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.171	-
Provisão para outras contas a pagar	14.772	5.036
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	129.144	74.996
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias	43.909	25.499
Total do crédito fiscal	78.492	60.082
Curto prazo	37.382	17.544
Longo prazo	41.110	42.538
Total do crédito fiscal	78.492	60.082
<u>Estimativa de realização dos créditos fiscais</u>		
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Exercício 2005	-	17.544
Exercício 2006	37.382	21.269
Exercício 2007	29.807	21.269
Exercício 2008	1.877	-
Exercício 2009	1.469	-
Exercício 2010	1.186	-
Exercício de 2011 a 2013	2.602	-
Exercício de 2014 a 2015	4.169	-
	78.492	60.082

A referida expectativa está sujeita a alterações, uma vez que os resultados finais, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir daqueles considerados das projeções. A projeção de resultados futuros que orientou a realização dos créditos fiscais diferidos foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O passivo fiscal está representado pelo débito sobre as diferenças temporárias passivas.

<u>Passivo Fiscal</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Reavaliação</u>		
Reserva de reavaliação	416.421	416.421
Reavaliação dos terrenos	(14.520)	(14.520)
Realização da reavaliação	(66.159)	(42.076)
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	335.742	359.825
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre a reavaliação	114.152	122.341
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão Ativo Regulatório do PIS e COFINS	25.833	24.446
Atualização financeira da CVA	27.455	26.823
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	53.288	51.269
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre diferenças temporárias	18.118	17.431
Total do débito fiscal	132.270	139.772
Curto Prazo	16.807	-
Longo Prazo	115.463	139.772
Total do débito fiscal	132.270	139.772

b) Apuração da contribuição social e do imposto de renda sobre o resultado:

	<u>Contribuição Social</u>		<u>Imposto de Renda</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	94.109	101.519	94.109	101.519
Provisão para perdas de investimentos	16.127	36.138	16.127	36.138
Reversão de provisão para perdas de investimentos (i)	(215.556)	-	(215.556)	-
Atualização financeira da CVA (ii)	-	48.014	-	48.014
Diferenças permanentes - líquidas	2.792	24.830	2.792	24.733
Resultado tributável	(102.528)	210.501	(102.528)	210.404
Contribuição social (alíquota de 9,0%) e Imposto de renda (alíquota de 25,0%)	9.228	(18.945)	25.632	(52.577)
(-) Programa alimentação do trabalhador - PAT			-	322
(-) Incentivo Fiscal a Cultura - Lei Rouanet			-	433
Crédito fiscal não constituído (iii)	(4.053)	-	(11.256)	-
Receita (despesa) de contribuição social e imposto de renda	5.175	(18.945)	14.376	(51.822)

- (i) Neste exercício, em decorrência da alienação da ex-controlada integral Sul Geradora Participações S.A. (vide nota 11.a), foi reconhecida fiscalmente a perda de capital referente a baixa do ágio sobre este investimento;
- (ii) No exercício de 2004, a atualização financeira da CVA passou a ser tratada como diferença temporária para fins tributários, condicionada a realização da receita;
- (iii) O crédito fiscal não constituído é originado de resultado não-operacional e, está relacionado à inexistência de resultados não-operacionais tributáveis futuros suficientes para a realização desses créditos, conforme projeções de resultados elaboradas pela Administração da Companhia.

9 DIFERIMENTO DE CUSTOS E GANHOS TARIFÁRIOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Ativo				
Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis				
Reajuste tarifário de 2005 - em compensação				
Custos de energia para revenda	22.536	14.624	-	16.991
Transporte de Itaipu	344	1.371	-	302
Encargos da rede básica	6.900	26.003	-	5.675
Conta consumo de combustível - CCC	4.455	6.369	-	3.184
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.421	5.019	-	1.335
Encargos de serviços do sistema - ESS	3.205	14.300	-	2.398
	39.861	67.686	-	29.885
Varição capturada para reajuste tarifário em 2006				
Transporte de Itaipu	514	-	257	-
Encargos da rede básica	8.299	-	4.150	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.483	-	741	-
Encargos de serviços do sistema - ESS	834	-	417	-
	11.130	-	5.565	-
Ativo regulatório				
PIS	821	-	4.739	5.776
COFINS	2.354	-	17.919	18.670
	3.175	-	22.658	24.446
Total	54.166	67.686	28.223	54.331

	Curto prazo		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Passivo				
Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis				
Reajuste tarifário de 2005 - em compensação				
Custos de energia para revenda	4.477	7.384	-	3.692
Conta consumo de combustível - CCC	4.533	4.669	-	3.289
	9.010	12.053	-	6.981
Varição capturada para reajuste tarifário em 2006				
Custos de energia para revenda	3.510	-	1.755	-
Conta consumo de combustível - CCC	234	-	117	-
	3.744	-	1.872	-
Total	12.754	12.053	1.872	6.981

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não-gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são registrados na "Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA)" do ativo circulante/realizável a longo prazo ou passivo circulante/exigível a longo prazo, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário.

Adicionalmente, em 26 de novembro de 2004, através da Portaria Interministerial nº 361, foi incluída na CVA a variação dos custos de aquisição de energia elétrica. Desta forma, a CVA dos custos de energia para revenda, que antes era representada pela variação dos custos da energia de Itaipu, passou a contemplar a variação dos demais custos de aquisição de energia.

Os valores apresentados no quadro acima estão classificados em três subcategorias conforme segue:

a) Reajuste tarifário de 2005 – em compensação

Está representado pelos custos capturados entre 19 de março de 2004 e 18 de março de 2005, e pela segunda parcela de 50,0% dos custos capturados entre 19 de março de 2002 e 18 de março de 2003, cuja compensação havia sido adiada por vinte e quatro meses, através da Portaria Interministerial nº 116/2003. Ambas estão sendo compensadas a partir de abril de 2005.

b) Variação capturada para reajuste tarifário em 2006

Está representada pelos custos capturados a partir de 19 de março de 2005, os quais estão previstos para repasse no reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2006.

c) Ativo regulatório

Está representado pelos impactos tributários decorrentes das Leis nº 10.637/2002 para o PIS e, nº 10.833/2003 para a COFINS, ainda não repassados às tarifas. O impacto do PIS compreende o período de dezembro de 2002 a junho de 2005 e o impacto da COFINS compreende o período de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Em 21 de setembro de 2004, através do Ofício nº 1572/2004-SFF, a ANEEL manifestou entendimento que esses valores devem ser atualizados monetariamente e, após regulamentação de procedimentos para reconhecimento de tais impactos, incorporados às tarifas, em prazo ainda a ser definido, porém não superior a três anos.

Em 18 de abril de 2005, através da Resolução Homologatória nº 92, a ANEEL considerou provisoriamente no reajuste tarifário da Companhia o montante de R\$ 9.950, bem como autorizou a Companhia a incluir no valor a ser pago pelos consumidores, a partir de 1º de julho de 2005, a exemplo do ICMS, as despesas do PIS e da COFINS efetivamente incorridas no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

10 OUTROS CRÉDITOS

	<u>Curto prazo</u>		<u>Longo prazo</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Enquadramento residencial baixa renda	5.937	3.426	-	-
Encargos tarifários emergenciais	4.241	5.726	-	-
Financiamentos a consumidores	3.755	5.383	1.880	4.122
Serviços em curso (i)	3.044	6.023	-	-
Reserva global de reversão	1.640	1.817	-	-
Alienação de bens e direitos	785	1.525	-	-
Adiantamento de 13º salário e férias	591	625	-	-
Aluguéis a receber	475	2.331	-	-
Partes relacionadas (vide nota 32)	-	-	1.386	681
Outros	1.732	915	70	70
Total	<u>22.200</u>	<u>27.771</u>	<u>3.336</u>	<u>4.873</u>

- (i) Para fins de comparabilidade, reclassificamos os serviços em curso do exercício de 2004 para o grupo dos outros créditos, ambos no ativo circulante.

Enquadramento residencial baixa renda

A Lei nº 10.438/2002 ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL nºs 246 e 485/2002, e alterações introduzidas pela Resolução nº 84/2004. Dessa forma, ocorreu uma redução no faturamento da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei nº 10.604/2002.

Encargos tarifários emergenciais

A Resolução ANEEL nº 249/2002 estabeleceu os critérios e procedimentos para definição dos encargos relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE. Esses encargos serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda, e repassados a CBEE após serem arrecadados dos consumidores (vide nota 22).

A Resolução ANEEL nº 204/2005 estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, definido pela Lei nº 10.438/2002.

Financiamentos a consumidores

Está representado pelos financiamentos concedidos principalmente as prefeituras municipais, com o objetivo de financiar projetos de efficientização da iluminação pública. O prazo médio desses financiamentos é de 30 meses e a taxa média de juros é de 0,6% ao mês.

Serviços em curso

Está representado pelos gastos relacionados aos programas de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética que encontram-se em andamento. Quando ocorrer a conclusão dos serviços relacionados a esses programas, os gastos serão baixados contra a provisão para pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética no grupo das outras contas a pagar, no passivo (vide nota 22).

Reserva global de reversão

É um fundo de reserva gerenciado pelo Governo Federal, conforme detalhado na nota 17, sendo este saldo a diferença entre o valor da quota anual fixada pela ANEEL e o valor devido com base nos investimentos efetivamente verificados. Após revisão da prestação anual de contas, pela ANEEL, estas diferenças serão compensadas com as próximas quotas anuais a serem fixadas.

11 INVESTIMENTOS

a) Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

A ex-controlada integral, Sul Geradora Participações S.A. (SGP), constituída em 6 de abril de 2000, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades e atividades de importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas. A principal operação realizada pela ex-controlada foi de captação de recursos realizada em 26 de maio de 2000, através de operação de adiantamento de pré-exportação (“Trade Finance”), no valor de US\$ 190.000 mil (R\$ 351.818), tendo como garantia da operação o aval da Rio Grande Energia S.A. e cartas de fianças. O pagamento de juros foi trimestral, ao custo de LIBOR mais 4,7% a.a. e, a amortização do principal ocorreu entre 2002 e 2005. A ex-controlada integral efetuou operações de “swap” para troca do indexador, taxa de juros e “spread” para CDI, dos montantes de principal e juros. O instrumento financeiro cobriu o risco da oscilação cambial da dívida através de um montante contratado mais um cupom em dólar que foi recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares, da dívida e do “swap”, foram equivalentes.

A ex-controlada integral, exercendo permissão contida na Medida Provisória nº 03, de 30 de setembro de 2001, e Deliberações CVM nºs 404 e 409, de 27 de setembro e 1º de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta do ativo diferido o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. O valor diferido foi totalmente amortizado, e registrado em conta própria do resultado até 31 de dezembro de 2004.

Como consequência deste procedimento adotado pela ex-controlada integral, o lucro líquido do exercício e o lucro líquido por grupo de mil ações da controladora, em 31 de dezembro de 2004, está apresentado a menor em R\$ 9.481 e R\$ 12,23, respectivamente.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2005, objetivando atender o disposto na Lei nº 10.848/2004, Resolução Homologatória ANEEL nº 166/2004 e ao Ofício SFF/ANEEL nº 941/2005, foi aprovada a alienação da totalidade das ações detidas pela Controladora no capital social da Sul Geradora Participações S.A. pelo valor contábil de R\$ 243, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela empresa KPMG Auditores Independentes. Nesta mesma data foi assinado o “Contrato particular de alienação de ações”, junto à CPFL Comercialização Brasil S.A. e IPÊ Energia Ltda.

		Efeitos na SGP até	
		13/09/2005	2004
Quantidades de ações do capital social		215.801.000	18.001.000
Quantidades de ações de propriedade da Companhia		-	18.001.000
Percentual de participação		-	100,0%
Passivo a descoberto	R\$	-	(181.591)
Prejuízo líquido do período	R\$	(16.127)	(36.138)

		Efeitos na controladora até	
		13/09/2005	2004
Passivo a descoberto - saldo inicial	R\$	(181.591)	(163.291)
Aumento de capital na controlada	R\$	197.961	17.838
Provisão para perda de investimento	R\$	(16.127)	(36.138)
Alienação do investimento em 13/09/2005	R\$	(243)	-
Investimento (passivo a descoberto) - saldo final	R\$	-	(181.591)

b) Investimentos avaliados pelo método de custo:

Representam os investimentos permanentes na forma de ações ou quotas.

	2005	2004
Participações em outras empresas	940	940
Provisão para perdas em investimentos	(940)	-
Total	-	940

12 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos:

	Taxas anuais médias (%)	2005		2004	
		Custo histórico e reavaliado	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
- Operação					
Intangíveis	1,2	27.553	(458)	27.095	22.051
Terrenos	-	14.970	-	14.970	15.868
Reservatório, barragem e adutora	-	-	-	-	400
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,8	16.577	(745)	15.832	15.560
Máquinas e equipamentos	4,4	1.236.799	(134.808)	1.101.991	1.044.087
Veículos	15,0	9.924	(3.465)	6.459	7.406
Móveis e utensílios	11,6	1.366	(424)	942	809
		1.307.189	(139.900)	1.167.289	1.106.181
- Administração					
Intangíveis	18,2	26.799	(9.215)	17.584	16.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,1	398	(23)	375	383
Máquinas e equipamentos	16,1	13.563	(5.570)	7.993	8.370
Veículos	12,7	385	(131)	254	302
Móveis e utensílios	6,3	525	(78)	447	434
		41.670	(15.017)	26.653	26.131
- Ágio na incorporação da controladora	2,4	1.120.266	(644.074)	476.192	488.341
		2.469.125	(798.991)	1.670.134	1.620.653
Em Curso					
- Operação				74.201	78.989
- Administração				1.498	1.072
				75.699	80.061
Total do Imobilizado				1.745.833	1.700.714
Obrigações vinculadas à concessão				(100.570)	(88.219)
Imobilizado líquido				1.645.263	1.612.495

b) Taxas de depreciação e amortização

Não ocorreram alterações significativas nas taxas anuais médias de depreciação e de amortização nos exercícios de 2005 e de 2004, exceto em relação à taxa de amortização do ágio que reduziu de 3,1% para 2,4% (vide letra g).

c) Intangíveis

Estão representados por “softwares” e servidões. As servidões são faixas de terrenos por onde a concessionária pode praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétrica e, estão classificados contabilmente como intangíveis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

d) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores recebidos dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá em novembro de 2027.

A composição destas obrigações:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Participação da União	6.194	2.736
Participação financeira do consumidor	91.455	82.568
Doações	2.921	2.915
Total	<u>100.570</u>	<u>88.219</u>

e) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Reavaliação

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo de reavaliação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, emitido pelo perito independente ADVANCED APPRAISAL Consultoria e Planejamento, na data base de 31 de março de 2003, de acordo com a legislação societária e normatização da CVM, bem como a contabilização no mês de junho de 2003, na conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 416.421. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a totalidade da reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R\$ 136.646. Abaixo demonstramos o resumo da reavaliação:

Conta	31/03/2003			31/12/2005	
	Laudo	Residual	Reavaliação	Realização acumulada	Líquido
Intangíveis	35.511	15.725	19.786	(235)	19.551
Terrenos	16.266	1.746	14.520	(819)	13.701
Reservatório e barragens	413	42	371	(371)	-
Edificações obras civis	15.208	7.807	7.401	(872)	6.529
Máquinas e equipamentos	1.072.566	700.687	371.879	(63.531)	308.348
Veículos	8.560	4.236	4.324	(1.925)	2.399
Móveis e utensílios	1.273	3.133	(1.860)	775	(1.085)
Total	<u>1.149.797</u>	<u>733.376</u>	<u>416.421</u>	<u>(66.978)</u>	<u>349.443</u>

A reavaliação de intangíveis refere-se, exclusivamente, as servidões (vide letra b).

g) **Ágio na incorporação da controladora**

O ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A., realizada em 13 de julho de 1998, fundamentado na expectativa de resultados futuros, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados previam amortizações lineares de 10,0% a.a. Esse ágio foi classificado no ativo diferido até 31 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e a Instrução CVM nº 247/1996.

Durante o exercício de 2004, o saldo do ágio foi transferido para o ativo imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, segundo a curva baseada na projeção de resultados futuros, sendo ambas as alterações de forma retroativa a 1º de janeiro de 2004, em consonância com a Resolução ANEEL nº 166/2004. A CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197/2004, encaminhado à ANEEL, manifestou concordância com a alteração no prazo de amortização do saldo do ágio e também com a reclassificação contábil do saldo do ágio do ativo diferido para o ativo imobilizado intangível.

13 DIFERIDO

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Gastos com implantação de sistemas e outros	30.262	30.330
Amortização acumulada	(11.711)	(8.702)
Total	<u>18.551</u>	<u>21.628</u>

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros estão representados, em sua maioria, pelas despesas com a implantação de sistema administrativo e financeiro e está sendo amortizado pelo período de 10 anos.

14 FORNECEDORES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fornecedores de energia elétrica		
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	25.988	20.532
Tractebel Energia	44.137	33.099
AES Uruguaiana Empreendimentos	25.682	26.818
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	6.135	6.644
CPFL Comercialização Brasil	8.119	4.443
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	1.865	3.120
Outros	62	1.144
	<u>111.988</u>	<u>95.800</u>
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da conexão	3.226	3.691
Uso da rede básica	14.824	11.284
Transporte de energia	1.019	860
	<u>19.069</u>	<u>15.835</u>
Comercialização - CCEE (vide nota 31)	64	296
Material e serviços	14.541	13.786
Total fornecedores	<u><u>145.662</u></u>	<u><u>125.717</u></u>

15 DEBÊNTURES

Características da Emissão de Debêntures				2005			
Emissão	Série	Quantidade em Circulação	Remuneração	Curto prazo			Longo prazo
				Encargos	Principal	Total	
2ª emissão	1ª	2.620	IGP-M + 9,6%	1.206	565	1.771	26.200
2ª emissão	2ª	20.380	106% do CDI	9.168	-	9.168	203.800
Total		23.000		10.374	565	10.939	230.000

Em 1º de abril de 2005, com o propósito de alavancar recursos para o refinanciamento de dívidas de curto prazo e para financiamento de parte dos investimentos realizados durante o ano de 2005, a Companhia promoveu a segunda emissão de debêntures simples, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação. Foram emitidas em duas séries, como segue:

- **1ª série** - as 2.620 debêntures terão prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de abril de 2011. Sobre o valor nominal unitário incidirão (i) a variação do IGP-M (calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 dias úteis); e (ii) juros remuneratórios a uma taxa fixa anual de 9,6% ao ano, que foi definida em procedimento de “*bookbuilding*”. Os valores relativos à remuneração das debêntures serão pagos anualmente, sempre no dia 1º do mês de abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de abril de 2006.
- **2ª série** – as 20.380 debêntures terão prazo de 4 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de abril de 2009. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios, definido em procedimento de “*bookbuilding*”, à taxa de 106,0% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. Os valores relativos à remuneração das debêntures serão pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano.

A Companhia deve atender a cláusulas restritivas e cumprir determinados “covenants” financeiros. Dentre as cláusulas restritivas destacamos:

- (i) redução do Capital Social e/ou alteração do Estatuto Social que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia em montante que possa afetar direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão;
- (ii) transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, excetuada a hipótese de alienação do controle direto para a CPFL Energia S.A. e/ou para uma subsidiária integral da CPFL Energia;
- (iii) alienação do controle da PSEG Américas Ltda, excetuada a hipótese de transferência de controle para o Exelon Group;

(iv) a VBC Participações S.A. deixar de deter participação majoritária dentre as Controladoras, ou a VBC Participações S.A., a PREVI e/ou a Bonaire Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da Companhia.

Os “covenants” financeiros são:

- Dívida Total dividida pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras, maior ou igual a 2,0;
- Dívida Total dividida pela Capitalização Total, menor ou igual a 0,55.

A Administração da Companhia entende que as cláusulas restritivas e os “covenants” financeiros vêm sendo adequadamente atendidos.

O saldo de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Ano do vencimento	2005
2009	203.800
2011	26.200
Total	230.000

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Vcto inicial	Vcto final	Juros % a.a.	2005				2004			
					Circulante			Longo prazo	Circulante			Longo prazo
					Principal	Encargos	Total		Principal	Encargos	Total	
Moeda nacional												
BRDE	IGPM	31.08.97	02.10.06	12,0	23.922	-	23.922	-	28.080	532	28.612	26.123
Fundação ELETROCEEE	INPC	31.08.97	31.07.12	9,0	3.050	-	3.050	17.028	2.890	-	2.890	19.026
Consumidores	IGPM	-	-	6,2	24.057	-	24.057	803	10.250	-	10.250	2.201
Eletróbrás	RGR	30.05.00	30.07.16	6,0 a 9,0	1.941	19	1.960	3.001	2.524	-	2.524	4.612
BNDES - Programa de apoio emergencial	SELIC	17.03.03	15.02.08	1,0	2.280	50	2.330	3.267	28.269	409	28.678	18.028
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	17.11.08	3,5 a 4,5	45.499	484	45.983	65.149	19.250	295	19.545	69.140
BNDES - FINEM	UMBNDDES	15.01.05	15.01.09	4,5	4.496	337	4.833	10.217	-	24	24	9.390
UNIBANCO	CDI	16.11.04	16.08.07	2,15	20.000	973	20.973	20.000	-	955	955	40.000
Banco Itaú BBA	CDI	27.07.04	28.04.08	1,75	32.949	3.255	36.204	67.051	-	3.124	3.124	100.000
Banco Alfa	CDI	27.05.04	27.04.05	2,0	-	-	-	-	30.000	87	30.087	-
Banco Alfa	103,95 % CDI	02.01.06	25.01.06	-	3.460	-	3.460	-	-	-	-	-
Banrisul	CDI	07.07.03	06.06.05	3,5	-	-	-	-	3.333	49	3.382	-
Banco Santander	CDI	25.10.04	23.07.07	2,0	10.286	677	10.963	7.714	-	608	608	18.000
FINEP	TJLP	15.07.04	15.07.10	4,0	235	29	264	1.683	-	11	11	534
Banco Safra	103,5 % CDI	05.01.06	05.01.06	-	28.088	-	28.088	-	-	-	-	-
Operações de "swap" (vide nota 30)					-	(84)	(84)	(178)	-	-	-	-
					200.263	5.740	206.003	195.735	124.596	6.094	130.690	307.054
Moeda estrangeira												
Banco Itaú BBA	US\$	20.01.04	15.06.05	7,0	-	-	-	-	6.197	20	6.217	-
UNIBANCO	US\$	15.09.03	15.09.07	Libor+7,25	4.681	371	5.052	4.681	5.309	441	5.750	10.618
Operações de "swap" (vide nota 30)					-	5.421	5.421	5.758	-	5.396	5.396	7.332
					4.681	5.792	10.473	10.439	11.506	5.857	17.363	17.950
Total					204.944	11.532	216.476	206.174	136.102	11.951	148.053	325.004

IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

RGR: Reserva Global de Reversão

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos

LIBOR: Taxa interbancária do mercado de Londres

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo

UMBNDDES: Unidade de Moeda do BNDES

CDI: Certificado de Depósito Interfinanceiro

US\$: Dólar Norte-Americano

- BRDE - refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE no processo de privatização. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida à arrecadação de venda de energia da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Fundação ELETROCEEE - refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE no processo da privatização. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida à arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Consumidores - referem-se a convênios de devolução de valores adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar as suas ligações, geralmente com expansão da rede de distribuição. Estes valores são atualmente devolvidos a partir da data de conclusão da instalação. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para estes convênios. A partir do exercício de 2005 a Companhia passou a atualizar esses valores pela variação do IGPM com juros de 6,2% a.a.
- Eletrobrás - tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a efficientização de iluminação pública, para eletrificação rural e Programa de Universalização, tendo como garantia a arrecadação de venda de energia. Adicionalmente, existe restrição em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Companhia obriga-se a não assumir, sem expressa autorização da ELETROBRÁS, novos compromissos financeiros que isoladamente ou conjuntamente superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66,0% do seu ativo fixo.
- BNDES - Programa de apoio emergencial - durante os exercícios de 2003 e de 2002, foram liberados financiamentos referente ao “Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica”, com a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro decorrentes dos seguintes fatos:
 - (i) financiamento correspondente aos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, liberado em dezembro de 2002, no montante de R\$ 9.631, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato;
 - (ii) financiamento correspondente a CVA não contemplada no reajuste tarifário de abril de 2003, tendo como garantia a arrecadação correspondente a 3,18% do faturamento mensal da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- BNDES - FINEM - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.
 - (i) FINEM (Período de 1998 a 2001) - as amortizações são mensais, e foi oferecida como garantia a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros.

Adicionalmente, a Companhia obriga-se ao pagamento destes contratos prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital

próprio. A Companhia também se obriga a manter o nível de capitalização: Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total, igual ou superior a 40,0%;

- (ii) FINEM (Período de 2003 a 2005) – Linha de Crédito atrelada em 80,0% a TJLP e 20,0% à Cesta de moedas (UMBNDDES), cujas amortizações são mensais e os juros trimestrais, tendo como garantias conta reserva (Fundo de investimento de longo prazo - vide nota 5) e a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou de dividendos cujo somatório exceda o mínimo obrigatório, desde que comprove ao BNDES a manutenção dos seguintes índices:
 - Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

Em outubro de 2005 a Companhia contratou operações de “swap” cambial até julho de 2007, para as parcelas vencíveis do financiamento atreladas à cesta de moedas.

- UNIBANCO - Moeda Nacional - destina-se a financiar o suprimento de recursos necessários ao pagamento de fornecedores da Companhia, com prazo total de 36 meses, sendo 18 meses de carência do principal e amortizações trimestrais de principal e juros. O contrato exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:
 - Dívida Financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,0;
 - Despesas Financeiras dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 0,4;
 - Dívida Financeira dividida pelo Capital Total, igual ou inferior a 3,0.
- Banco Itaú BBA - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004, a Companhia tomou financiamento junto ao Banco Itaú BBA, no montante de R\$ 100.000, tendo como finalidade o suprimento de recursos necessários à operação da Companhia. Este financiamento tem carência de 24 meses do principal e, após este período, as amortizações serão mensais. As garantias são constituídas por fianças da CPFL Energia S.A., Ipê Energia Ltda e recebíveis no montante de R\$ 38.000.

Existem cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação da composição do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras - Líquidas, igual ou maior a 1,6;
 - Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 2,7.
- Banco Alfa
 - (i) empréstimo com duração de 12 meses, destinado ao financiamento de Capital de Giro da Companhia com carência do principal de 8 meses, e quatro amortizações mensais, não havendo carência quanto ao pagamento de juros mensais. Foi dado como garantia aval proporcional dos acionistas controladores. Não existem restrições ou “covenants” financeiros sobre esse contrato;
 - (ii) financiamento do Capital de Giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para estes contratos.

- Banrisul - destina-se ao refinanciamento de Capital de Giro da Companhia, sendo as amortizações de principal e juros mensais em 18 parcelas com 6 meses de carência. Não existem garantias, cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Banco Santander - destina-se a financiar o Capital de Giro da Companhia. O prazo deste contrato é de 36 meses, sendo 18 meses de carência do principal e as parcelas de principal e juros serão pagas trimestralmente. O contrato exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:
 - EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras Pagas, maior ou igual a 2,0;
 - Dívida Financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,5.
- FINEP – destina-se a custear parcialmente as despesas incorridas em estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento para otimização do desempenho da rede de distribuição. O prazo deste contrato é de 49 meses, com carência de principal de 26 meses e juros trimestrais durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização, tendo como garantia deste contrato a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas ou “covenants” financeiros sobre este contrato.
- Banco Safra - refere-se a financiamento do Capital de Giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para estes contratos.
- Banco Itaú BBA - Resolução 2.770 - destina-se a financiar Capital de Giro da Companhia, através da linha Resolução do Banco Central nº 2.770, sendo as amortizações de principal e juros mensais vencíveis em dezoito parcelas, a partir de janeiro de 2004, tendo como garantia notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- UNIBANCO - refere-se a uma linha de repasse destinado a financiar os investimentos no período de 2002 a 2004, através de recursos do Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft MBH – DEG. As amortizações de principal e juros são semestrais e nos meses de março e setembro. Como garantias foram dados recebíveis e conta reserva (CDB – com “swap” cambial – vide nota 5), não havendo cláusulas restritivas. Esta operação possui “swap” cambial associado às parcelas vencíveis do financiamento. Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:
 - EBITDA dividido pelos Juros Pagos, somado às amortizações líquidas da dívida, igual ou maior a 1,05;
 - Dívida Total dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,0 (2004) e 2,5 (2005 a 2007);
 - Juros Pagos dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 0,4;
 - Dívida Total igual ou inferior a R\$ 800.000.

A Administração da Companhia entende que as cláusulas restritivas e os “covenants” financeiros vêm sendo adequadamente atendidos.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como seguem:

Ano do vencimento	<u>2005</u>	<u>2004</u>
2006	-	151.965
2007	141.965	123.388
2008	50.437	37.710
2009	4.109	3.869
Após 2009	9.663	8.072
Total	<u>206.174</u>	<u>325.004</u>

17 TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Reserva global de reversão	131	2.545
Conta de desenvolvimento energético	3.791	2.567
Conta consumo de combustível	350	5.847
Taxa de fiscalização ANEEL	270	260
Total	<u>4.542</u>	<u>11.219</u>

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva gerenciado pela Eletrobrás, como órgão do Governo Federal, designado para prover fundos para pagamentos aos concessionários, até a expiração de suas concessões, data em que a Companhia será reembolsada pelo valor do ativo permanente líquido, registrado nos livros. Em 3 de janeiro de 1996, o Decreto nº 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% do imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

A conta de desenvolvimento energético (CDE) é uma contribuição feita pela Companhia que visa financiar o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas de energia, como fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoeletrica no sistema energético brasileiro.

18 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	33.187	23.554
Programa de integração social - PIS	1.884	1.605
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.677	7.391
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	11.037
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	29.826
Outras	2.319	1.869
Total	<u>46.067</u>	<u>75.282</u>

19 DIVIDENDOS

a) Os dividendos decorrentes do lucro, foram apurados como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro líquido do exercício	113.660	30.752
Reserva legal (5,0%)	(5.683)	(1.538)
Lucro líquido ajustado	<u>107.977</u>	<u>29.214</u>
Realização da reserva de reavaliação	16.679	16.951
Ajustes de exercícios anteriores	(12.350)	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>112.306</u>	<u>46.165</u>
Dividendos obrigatórios	28.601	11.757
Saldo remanescente	83.705	34.408
Total dos dividendos	<u>112.306</u>	<u>46.165</u>
Dividendos intercalares - RCA 18/11/2005	(50.000)	-
Dividendos propostos	<u>62.306</u>	<u>46.165</u>

b) O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas do dividendo obrigatório de 25,0% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, e considera para as ações preferenciais dividendos 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente do lucro terá sua destinação integral proposta nas demonstrações financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Os dividendos propostos por grupo de mil ações, em 31 de dezembro de 2005 são de R\$ 83,40 para as ações preferenciais e de R\$ 75,82 para as ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2004 são de R\$ 64,33 para as ações preferenciais e de R\$ 58,48 para as ações ordinárias).

c) Em Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de novembro de 2005, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 50.000, referentes ao resultado apurado de janeiro a setembro de 2005, conforme Informações Trimestrais (ITR), arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 8 de novembro de 2005. O dividendo por grupo de mil ações foi de R\$ 66,93 para as ações preferenciais e R\$ 60,84 para as ações ordinárias.

d) Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possui na conta de dividendos a pagar o valor de R\$ 765 referente a exercícios anteriores (R\$ 587 em 31 de dezembro de 2004).

20 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a.

Adicionalmente, a Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a avaliação do passivo atuarial decorrente desse benefício, de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos participantes se estes forem menores.

A suplementação da aposentaria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100,0% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

A seguir demonstramos a composição destes efeitos:

Descrição	2005				
	Valor bruto	Ajuste a	Líquido	Saldo	Saldo
	original	valor presente		longo prazo	curto prazo
Complemento de aposentadoria	25.080	(6.042)	19.038	13.567	5.471
Contribuição à Fundação	1.435	(520)	915	885	30
Complemento do passivo atuarial	1.957	-	1.957	-	1.957
Total	28.472	(6.562)	21.910	14.452	7.458

Descrição	2004				
	Valor bruto	Ajuste a	Líquido	Saldo	Saldo
	original	valor presente		longo prazo	curto prazo
Complemento de aposentadoria (i)	30.099	(7.983)	22.116	16.231	5.885
Contribuição à Fundação	3.367	(906)	2.461	1.791	670
Complemento do passivo atuarial (ii)	4.930	-	4.930	4.930	-
Total	38.396	(8.889)	29.507	22.952	6.555

Para fins de comparabilidade, reclassificamos, de outras contas a pagar do passivo exigível a longo prazo do exercício de 2004, os seguintes montantes:

- (i) Complemento de aposentadoria - R\$ 471; e
- (ii) Complemento do passivo atuarial relativo à Deliberação CVM nº 371/2000 - R\$ 4.930.

O saldo de longo prazo vence conforme segue:

Ano do vencimento	2005	2004
2006	-	10.115
2007	4.346	4.073
2008	3.341	3.130
2009	2.370	2.220
2010	1.557	1.458
Após 2010	2.838	1.956
Total	14.452	22.952

Principais resultados da avaliação atuarial relativo à Deliberação CVM nº 371/2000:

a) Conciliação dos ativos e passivos:

	2005	2004
Valor presente das obrigações atuariais	(114.323)	(106.641)
Valor justo dos ativos do plano	140.903	124.928
Ativo atuarial - líquido	26.580	18.287
<u>Ajustes por diferimentos permitidos</u>		
Ganhos atuariais não reconhecidos	(31.080)	(28.301)
Obrigação atuarial inicial não reconhecida	2.543	5.084
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial	(1.957)	(4.930)

b) Movimentação dos ativos e passivos:

	2005	2004
<u>Movimentação dos ativos do plano</u>		
Valor justo dos ativos no início do ano	124.928	103.246
Contribuições efetivas da patrocinadora	901	2.406
Contribuições efetivas dos participantes	450	1.241
Rendimento efetivo dos ativos	18.192	20.464
Benefícios pagos no ano	(3.568)	(2.429)
Valor justo dos ativos do plano ao final do ano	140.903	124.928
<u>Movimentação dos passivos do plano</u>		
Valor das obrigações no início do ano	(106.641)	(103.980)
Custo do serviço corrente bruto	(711)	(796)
Juros sobre a obrigação atuarial	(11.940)	(11.684)
Ganhos atuariais	1.401	7.390
Benefícios pagos no ano	3.568	2.429
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	(114.323)	(106.641)

c) Despesa reconhecida na demonstração de resultado:

	2005	2004
Custo do serviço corrente	(711)	(796)
Contribuições esperadas dos participantes	1.176	1.391
Juros sobre obrigações atuariais	(11.940)	(11.684)
Rendimento esperado dos ativos do plano	14.151	11.774
Amortização da obrigação atuarial inicial	(2.541)	(2.541)
Reconhecimento de ganhos atuariais	1.937	256
Receita (despesa) reconhecida - CVM nº 371/2000	2.072	(1.600)
Contribuições efetivas da patrocinadora	901	2.406
Receita reconhecida no resultado	2.973	806

d) Premissas econômicas, financeiras e demográficas:

	2005	2004
Taxa nominal de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total	11,3% a.a.	11,3% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,3% a.a.	11,3% a.a.
Taxa de crescimento salarial	7,1% a.a.	7,1% a.a.
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de rotatividade	[0,3 ÷ (t+1)] onde t=anos de serviço	[0,3 ÷ (t+1)] onde t=anos de serviço
Tábua geral de mortalidade	GAM-83 (qx)	UP-84
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
Tábua de mortalidade de inválidos	GAM-71 (qix=qx)	IAPB-55/57 (qix)
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix	Método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix
Método de avaliação atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

21 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para férias	4.814	4.228	-	-
Prêmio assiduidade (i)	-	-	711	702
Provisões de encargos sociais - INSS/FGTS (i)	1.780	1.568	287	269
Outras	69	403	-	-
Total	6.663	6.199	998	971

Para fins de comparabilidade, reclassificamos, de outras contas a pagar do passivo exigível a longo prazo do exercício de 2004, o seguinte montante:

- (i) Prêmio assiduidade R\$ 702 e os encargos sobre o mesmo no valor de R\$ 269.

22 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Curto prazo		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Programa de eficiência energética	12.888	-	4.484	-
Pesquisa e desenvolvimento	14.077	4.696	1.794	-
Encargos tarifários emergenciais	4.241	5.726	-	-
Contribuição de iluminação pública	3.488	1.279	-	-
Plano de participação nos resultados	3.472	2.256	-	-
Obrigações com consumidores	862	1.434	-	-
Outros	384	1.048	49	87
Total	39.412	16.439	6.327	87

Para fins de comparabilidade, reclassificamos o exercício de 2004, transferindo para contas a pagar de aposentadoria incentivada o montante de R\$ 5.401 e para outras obrigações estimadas o montante de R\$ 971.

Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento (PEE e P&D)

As concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1,0% de sua receita operacional, deduzido o ICMS e os encargos tarifários emergenciais, em programas de eficiência energética e em pesquisa e desenvolvimento. A aplicação desses recursos, até 31 de dezembro de 2005, estava dividida em 0,5% para o PEE e 0,5% para a P&D. Os recursos relacionados à P&D são aplicados da seguinte forma: 40,0% em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 40,0% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20,0% para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Em dezembro de 2005, através da Resolução nº 176/2005, a ANEEL determinou o provisionamento dos gastos relacionados ao PEE pelo regime contábil de competência (vide ajustes de exercícios anteriores na nota 24).

Encargos tarifários emergenciais

A Resolução ANEEL nº 249/2002 estabeleceu os critérios e procedimentos para definição deste encargo, relativo à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, os quais serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda. Os valores correspondentes a este encargo são repassados a CBEE após serem arrecadados dos consumidores.

Contribuição de iluminação pública (CIP)

A Emenda Constitucional nº 39/2002 institui a Contribuição de iluminação pública destinado ao custeio do serviço de fornecimento de energia para alimentar a rede de iluminação pública instalada nas áreas urbanas e de expansão dos Municípios e Distrito Federal, inclusive manutenção a ser cobrada de todos os beneficiários do serviço, nos termos da Emenda Constitucional, previsto no Artigo 149-A da Constituição Federal.

Obrigações com consumidores

Essas obrigações referem-se a contas pagas em duplicidade e /ou ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos aos consumidores.

23 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	2005				2004			
	Possível	Provável	Provisão	Depósito judicial	Possível	Provável	Provisão	Depósito judicial
Trabalhista	2.892	6.197	6.197	13.116	3.994	5.438	5.438	7.900
Cível	69.838	6.933	6.142	828	50.181	5.619	4.227	28
Tributária	217.212	20.185	20.185	4.364	208.452	20.904	20.904	4.042
Regulatória	7.934	4.647	4.647	-	4.561	6.842	6.842	4.561
Total	297.876	37.962	37.171	18.308	267.188	38.803	37.411	16.531

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, de acordo com a estimativa de perda da Administração da Companhia, suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionado os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária e (iv) regulatória, das quais podemos citar o que segue:

- (i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho é de 3.478 processos, os quais versam sobre: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso e reconhecimento da relação de emprego, entre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 92,3% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 3,1% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 4,6% advêm de reclamações ajuizadas por terceirizados.
- (ii) as causas cíveis versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por corte de luz, devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado, anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, entre outras. Constituem-se em um total de aproximadamente 5.100 ações, sendo que 248 são consideradas relevantes. A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2005, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$ 6.000 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2004). Os montantes de perdas consideradas prováveis são de R\$ 6.933 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 5.619 em 31 de dezembro de 2004), entretanto, considerando os termos contratuais das nossas apólices de seguros, existem coberturas para R\$ 791 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2004), vinculadas aos respectivos montantes, razão pela qual a Companhia provisionou as perdas prováveis não cobertas pelos seguros. Adicionalmente, existem processos ambientais que versam sobre eventuais cortes de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.
- (iii) dentre as principais causas tributárias, destacamos:
 - em dezembro de 2004 a Companhia sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, para os seguintes assuntos:

- a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior a alteração do prazo de amortização do ágio (vide nota 12.g);
 - b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);
 - c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.
 - autuação da Secretária da Receita Federal relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;
 - o pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);
 - cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;
- (iv) as principais contingências de natureza regulatória são as seguintes:
- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, não submetidos à anuência da ANEEL;
 - o aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à anuência da ANEEL; e
 - descumprimento das metas dos indicadores de continuidade DEC – Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC – Frequência equivalente de interrupção por consumidor, relativas aos anos de 2003, 2004 e 2005.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2005, os acionistas deliberaram aumentar o capital social da Companhia de R\$ 784.430 para R\$ 830.457 mediante a emissão de 5.928.362 ações preferenciais e 25.814.397 ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,45 por ação, ficando o capital social representado por 807.168.582 ações, sendo 656.502.720 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 150.665.862 ações preferenciais. O referido aumento de capital teve como principal finalidade atender o art.2º, §2º da Resolução Homologatória ANEEL nº 166/2004, visto que o fluxo financeiro anual acumulado em 31 de dezembro de 2004 foi negativo em R\$ 38.207.

A Companhia possui em tesouraria 444.837 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no exercício de 1998 pelo preço médio de R\$ 1,08 por ação. Essas ações têm por objetivo a futura alienação ou cancelamento.

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

- sem direito a voto;
- fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculados à existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor;
- têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

A composição acionária da Companhia é como segue:

Acionistas	2005			2004		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Cia. Paulista de Força e Luz	440.614.754	100.443.908	541.058.662	423.277.558	96.491.667	519.769.225
Ipê Energia	213.495.786	50.221.954	263.717.740	205.095.210	48.245.833	253.341.043
521 Participações	52.033	-	52.033	50.000	-	50.000
VBC Energia	52.033	-	52.033	50.000	-	50.000
Conselho de Administração	1.060	-	1.060	1.018	-	1.018
Ações em Tesouraria	444.837	-	444.837	444.837	-	444.837
Outros	1.842.217	-	1.842.217	1.769.700	-	1.769.700
Total das ações	656.502.720	150.665.862	807.168.582	630.688.323	144.737.500	775.425.823

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 1.415,02 (R\$ 1.427,77 em 31 de dezembro de 2004).

Ajustes de exercícios anteriores

As concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1,0% de sua receita operacional, deduzido o ICMS e os encargos tarifários emergenciais, em Programas de Eficiência Energética (PEE) e, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), conforme determina a Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004.

A aplicação desses recursos, até 31 de dezembro de 2005, estava dividida em 50% para os programas de eficiência energética e 50% para a pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos relacionados à pesquisa e desenvolvimento são aplicados da seguinte forma: (i) 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; (ii) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e, (iii) 20% para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Os valores destinados ao FNDCT e a EPE, itens (ii) e (iii), vêm sendo provisionados mensalmente pelo regime contábil de competência. Entretanto, os gastos relacionados à pesquisa e desenvolvimento, item (i) e, os gastos relacionados aos programas de eficiência energética eram registrados contabilmente no momento da sua realização financeira e levados ao resultado quando da conclusão dos projetos. Portanto, os gastos ainda não realizados relacionados ao PEE e a P&D, item (i), somente estavam afetando o resultado após a conclusão dos projetos.

Em dezembro de 2005 a ANEEL, através da Resolução nº 176/2005 e do Manual para Elaboração do PEE, determinou o provisionamento dos gastos relacionados aos programas de eficiência energética, bem como a atualização financeira desses gastos pela SELIC. Adicionalmente, a Administração da Companhia, decidiu provisionar os gastos relacionados à pesquisa e desenvolvimento, item (i).

O IBRACON, através do Comunicado Técnico nº 03/2006, definiu como ajustes de exercícios anteriores a falta de provisão para cobrir as obrigações regulatórias, cujos custos estão contemplados na tarifa. Dessa forma, os gastos referentes aos projetos concluídos em 2005, cuja competência é de exercícios anteriores, foram registrados como ajustes de exercícios anteriores, bem como a provisão correspondente a obrigação dos projetos a realizar.

Abaixo demonstramos os valores registrados como ajuste de exercícios anteriores, ou seja, os efeitos até 31 de dezembro de 2004:

Descrição dos Ajustes	2004	2003	2002	Efeito Acumulado
Programa de eficiência energética - PEE	6.438	4.726	2.042	13.206
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.017	1.964	525	5.506
Efeito nas despesas operacionais	9.455	6.690	2.567	18.712
Imposto de renda e contribuição social	(3.215)	(2.274)	(873)	(6.362)
Efeito no lucro líquido	6.240	4.416	1.694	12.350
Efeito no lucro líquido por grupo de mil ações - R\$	8,05	5,69	2,18	

25 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consumidores		GWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Consumidores						
Residencial	823.227	805.276	1.466	1.437	684.934	584.331
Industrial	30.090	30.152	2.762	2.813	745.787	654.587
Comercial	95.429	93.873	832	801	369.074	311.821
Rural	134.154	131.300	875	838	142.468	124.737
Poder público	10.015	9.976	118	112	54.515	45.264
Iluminação pública	254	253	227	230	50.179	46.608
Serviço público	1.369	1.357	188	186	59.504	48.692
Consumo próprio	107	91	2	1	-	-
Fornecimento faturado	1.094.645	1.072.278	6.470	6.418	2.106.461	1.816.040
Outros						
Fornecimento não faturado do exercício	-	-	-	-	61.474	53.517
Fornecimento não faturado do exercício anterior	-	-	-	-	(53.516)	(48.883)
Encargos tarifários emergenciais	-	-	-	-	34.068	42.122
Total fornecimento energia	1.094.645	1.072.278	6.470	6.418	2.148.487	1.862.796
Suprimento energia	6	6	317	299	30.566	27.157
Receita pela distribuição da rede elétrica	-	-	-	-	13.033	893
Outras	-	-	-	-	16.318	17.918
Total receita operacional	1.094.651	1.072.284	6.787	6.717	2.208.404	1.908.764

26 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004
Energia elétrica comprada para revenda				
Fornecedores				
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	230	461	14.252	24.854
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	527	604	39.908	41.384
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	1.501	1.475	114.414	123.708
Tractebel Energia	3.522	3.451	357.347	295.537
AES Uruguaiana Empreendimentos	1.243	1.152	130.494	116.427
CPFL Comercialização Brasil	783	495	63.140	36.012
Outros	19	73	999	1.442
	7.825	7.711	720.554	639.364
Varição de custos da parcela "A" - CVA	-	-	13.028	53.519
	7.825	7.711	733.582	692.883
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	108.086	84.895
Encargos de transporte Itaipu	-	-	7.719	6.826
Encargos de conexão	-	-	24.999	25.395
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	-	1.773	3.387
	-	-	142.577	120.503
Varição de custos da parcela "A" - CVA	-	-	20.340	8.984
	-	-	162.917	129.487
Total	7.825	7.711	896.499	822.370

27 DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Despesas com vendas		
Pessoal	17.947	16.029
Material	780	774
Serviços de terceiros	12.657	10.569
Arrendamentos e aluguéis	165	27
Depreciação e amortização	8.261	6.792
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	39.842	10.762
Telecomunicações e transmissão de dados	4.377	3.567
Indenizações a consumidores	1.185	1.178
Recuperação de despesas	(4.058)	(1.429)
Outras	1.528	3.465
	<u>82.684</u>	<u>51.734</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	15.661	20.261
Administradores	2.547	2.312
Material	422	278
Serviços de terceiros	18.735	14.110
Arrendamentos e aluguéis	3.858	2.793
Depreciação e amortização	8.299	6.007
Provisão para contingências	3.874	7.343
ICMS sobre telecomunicações (i)	6.245	-
Telecomunicações e transmissão de dados	2.962	1.991
Propaganda e publicidade	1.483	1.170
Investimentos em cultura	1.775	3.051
Seguros	884	966
Taxa de fiscalização ANEEL	3.207	2.894
Pesquisa e desenvolvimento (vide nota 22)	9.715	3.762
Programa de eficiência energética (vide nota 22)	8.551	-
Outras	3.163	1.972
	<u>91.381</u>	<u>68.910</u>
Amortização do ágio	12.149	15.779
Total	<u>186.214</u>	<u>136.423</u>

(i) No primeiro trimestre de 2005, a Administração da Companhia revisou o posicionamento tributário relativo à apropriação de crédito de ICMS sobre telecomunicações e decidiu por não mais reconhecer estes créditos, efetuando assim o recolhimento espontâneo dos valores devidos.

28 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.927	10.528
Acréscimos moratórios	30.325	23.410
Variações monetárias	5.659	1.565
Outras	1.563	1.392
Total	<u>40.474</u>	<u>36.895</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(86.439)	(65.442)
Despesas bancárias	(245)	(515)
Variações monetárias	(19.058)	(14.031)
Operações de "swap"	(3.796)	(4.719)
CPMF	(8.995)	(9.107)
IOF	(1.312)	(1.434)
Outras	(5.172)	(4.715)
Total	<u>(125.017)</u>	<u>(99.963)</u>
Despesas financeiras - líquidas	<u>(84.543)</u>	<u>(63.068)</u>

CPMF – Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

29 RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receitas não operacionais		
Ganhos na alienação de bens do ativo imobilizado	335	356
Ganhos na desativação de bens do ativo imobilizado	540	277
Receita na alienação de investimentos	243	-
Outras receitas	205	824
Total	<u>1.323</u>	<u>1.457</u>
Despesas não operacionais		
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	(497)	(392)
Perdas na desativação de bens do ativo imobilizado	(15.450)	(13.684)
Despesa na alienação de investimentos	(243)	-
Outras despesas	(1.315)	(558)
Total	<u>(17.505)</u>	<u>(14.634)</u>
Despesas não operacionais - líquidas	<u>(16.182)</u>	<u>(13.177)</u>

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio do dólar e da variação da cesta de moedas do BNDES, visto que a Companhia possui financiamentos atrelados a esses indexadores (vide nota 16). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contratou operações de “swap” para troca do indexador, taxa de juros e “spread” para CDI, dos montantes de principal e juros. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida em dólar através de um montante contratado mais um cupom em dólar a ser recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares da dívida e do “swap” serão equivalentes. No caso do financiamento do BNDES atrelado a cesta de moedas, o “swap” oferece cobertura bastante eficiente, mas não total do risco, visto que a variação da cesta de moedas não é igual, porém próxima à variação do dólar. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente no resultado de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do período, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de “swap” antes da liquidação das dívidas.

A seguir apresentamos as operações de “swap” comparativamente ao valor justo dessas operações, para o qual utilizamos o método de cotação de mercado à data do encerramento do exercício:

	Valor contábil		Valor justo	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(15.050)	(9.414)	(15.050)	(9.414)
Ativos em dólar	15.340	-	14.566	-
Instrumentos de "hedge"	(15.078)	-	(14.265)	-
Ajustes operações de "swap"	262	-	301	-
	Valor contábil		Valor justo	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(9.733)	(22.585)	(9.733)	(22.585)
Ativos em dólar	11.557	26.162	11.048	25.040
Instrumentos de "hedge"	(22.736)	(38.890)	(21.420)	(36.052)
Ajustes operações de "swap"	(11.179)	(12.728)	(10.372)	(11.012)
Total ajustes operações de "swap"	(10.917)	(12.728)	(10.071)	(11.012)

A Companhia possui, também, em suas atividades operacionais, exposição de flutuação cambial na compra de energia, correspondente a R\$ 25.988 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 20.532 em 31 de dezembro de 2004), entretanto, a sistemática atual de reajuste tarifário proporciona uma recuperação automática destes custos (conta de compensação), conforme detalhado na nota 9.

b) Risco de crédito

A Companhia mantém uma política de avaliação rígida de risco de crédito para as instituições financeiras com as quais opera. Tal política enfatiza a classificação de risco por agências especializadas e pulverização das suas aplicações financeiras entre as várias instituições financeiras.

31 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Os montantes de compra e venda de energia elétrica de curto prazo e seus respectivos valores foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divulgadas as contabilizações efetuadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Abaixo demonstramos as contabilizações e liquidações do mercado de curto prazo:

a) Contabilizações divulgadas pela CCEE para os exercícios findos em:

Operações	2005	2004
Encargos do serviço do sistema - ESS	(1.773)	(3.387)
Custo com compras	(404)	(3.031)
Receita de vendas	237	808
Saldo das operações	(1.940)	(5.610)

b) Saldo da CCEE deduzidas as liquidações em:

Operações	2005	
	Ativo	Passivo
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	1.773
Custo com compras	-	404
Receita de vendas	237	-
Saldo antes das liquidações	237	2.177
Liquidações das operações de 2005	(234)	(2.113)
Saldo final	3	64

Operações	2004	
	Ativo	Passivo
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	3.387
Custo com compras	-	3.031
Receita de vendas	808	-
Saldo antes das liquidações	808	6.418
Liquidações das operações de 2004	(808)	(6.122)
Saldo final	-	296

32 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Banco Bradesco								
Numerário disponível	841	544	-	-	-	-	-	-
Aplicação financeira	513	1.829	-	-	209	285	-	-
Operações de "swap"	-	-	(262)	-	262	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	335	285
Banco Votorantim								
Aplicações financeiras	-	-	-	-	296	2.524	-	-
Operações de "swap"	-	-	7.189	6.273	-	-	3.154	2.763
Bradesco Seguros								
Prêmio de seguros	213	238	-	-	-	-	884	935
CBA Companhia Brasileira de Alumínio								
Compra de material	-	-	603	98	-	-	4.243	2.724
CPFL Comercialização Brasil								
Outros créditos	163	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia	-	-	8.119	4.443	-	-	63.140	36.012
CPFL Companhia Paulista de Força e Luz								
Outros créditos	998	660	-	-	-	-	-	-
Ipê Energia								
Outros créditos	80	-	-	-	-	-	-	-
PSEG Public Service Energy Global								
Outros créditos	145	21	-	-	-	-	-	-
SGP Sul Geradora Participações								
Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	-	-	9.637

A principal transação com partes relacionadas refere-se a operações de compra de energia, negociadas em condições normais de mercado, com anuência da ANEEL.

33 SEGUROS

A Companhia possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. As apólices conforme cada modalidade de riscos são:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Riscos nomeados - subestações	31/03/2005 a 31/03/2006	9.700
Riscos nomeados - subestação móvel	31/03/2005 a 31/03/2006	4.000
Riscos nomeados - lojas e depósitos	31/03/2005 a 31/03/2006	15.000
Responsabilidade civil	31/03/2005 a 31/03/2006	6.000
Responsabilidade civil - veículos	31/03/2005 a 31/03/2006	1.000
Total		35.700

34 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 166/2004

A ANEEL determinou através da Resolução Homologatória nº 166/2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações pela Rio Grande Energia, as seguintes principais obrigações, deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária de 04 de outubro de 2004, quando foi modificado o Estatuto Social da Companhia:

- a) aditamento ao Contrato de Concessão nº 13/1997 para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida, com a tipificação de penalidades aplicáveis na hipótese do seu descumprimento, no percentual de até 2,0% do faturamento da Companhia. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado em 22 de Novembro de 2004;
- b) adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2004, para a curva de amortização constante do Anexo I da Resolução nº 166 (vide nota 12.g);
- c) modificação das características das ações preferenciais emitidas pela Companhia substituindo a previsão estatutária de resgate e pagamento de dividendos fixos e cumulativos, para o recebimento de dividendos 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias, vinculados a existência de lucro a serem distribuídos nos termos da legislação em vigor; e prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação;
- d) capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos, deduzido do “saldo positivo do fluxo financeiro” - R\$ 141.714;
- e) os acionistas assumiram o compromisso de manter as contra-garantias mencionadas no item IV do art. 1º desta Resolução, seja direta ou indiretamente, até a quitação total da operação junto ao “BankBoston”, na proporção das respectivas participações acionárias no capital social da Companhia. Em cumprimento a este item, os controladores da Companhia, CPFL Energia S.A. e Ipê Energia Ltda., assinaram, em 6 de outubro de 2004, Contrato de Prestação de Contra-Garantia, tornando-se garantidores finais de toda e qualquer obrigação, no que diz respeito à operação junto ao “BankBoston”. A garantia foi proporcional à participação dos controladores da Companhia;
- f) adicionalmente, a ANEEL determinou através desta Resolução a elaboração do fluxo financeiro da incorporação, até amortização total da dívida junto ao “BankBoston”, visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:
 1. computar como “entradas” os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social, decorrentes da amortização do ágio e dos juros da dívida originária da incorporação, assim como os lucros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores, na forma de juros sobre o capital próprio ou dividendos;
 2. computar como “saídas” os desembolsos para amortização do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como os dividendos fixos, o resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A.;
 3. remunerar os saldos dos valores das “entradas” e “saídas” com base na taxa prevista para correção da dívida incorporada.

Em caso de apuração do fluxo financeiro negativo, os controladores da Companhia deverão aportar recursos em valor equivalente no prazo de 60 dias contados da data da realização da AGO, mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários. Os acionistas controladores poderão reter os dividendos a que fizerem jus, para fins de aporte do fluxo financeiro negativo. Caso o fluxo financeiro aponte saldo positivo, o mesmo será utilizado para eventual compensação em período subsequente.

A Resolução ANEEL nº 166 também determinou a eliminação da participação da Rio Grande Energia no capital social da Sul Geradora Participações, até 16 de setembro de 2005 (nota 11.a).

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197/2004, encaminhado a ANEEL, manifestou concordância com os termos apresentados, na oportunidade, em forma de minuta da referida Resolução da ANEEL publicada sob o número 166 em 13 de julho de 2004.

35 EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de dezembro de 2005, foram aprovadas operações para financiamento da Companhia de até R\$ 140.000, com prazo de 2 anos, com pagamento de juros e principal ao final desse período, sem garantias. A finalidade dessas operações é principalmente para liquidação de financiamentos que venceriam em 2006, entre eles: BRDE, Banco Alfa e Banco Safra, bem como o pré-pagamento dos financiamentos junto ao UNIBANCO (em moeda nacional e em moeda estrangeira), que venceriam em 2006 e 2007.

O Conselho de Administração autorizou, ainda, a repactuação do financiamento na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, com prazo de 2 anos, no valor de R\$ 100.000, tomado junto ao Banco Itaú BBA, com as seguintes alterações: (i) aumento do prazo para 5 anos; (ii) pagamento do principal no final do período; (iii) pagamento de juros semestrais; (iv) liberação das atuais garantias de recebíveis e liberação de fiança proporcional dos acionistas controladores.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Distribuição	Atividade não vinculada	Consolidado
Receita operacional (nota 25)			
Fornecimento de energia elétrica	2.148.487	-	2.148.487
Suprimento de energia elétrica	30.566	-	30.566
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	13.033	-	13.033
Outras receitas operacionais	16.318	-	16.318
	2.208.404	-	2.208.404
Deduções da receita operacional			
ICMS	(461.655)	-	(461.655)
PIS	(35.898)	-	(35.898)
COFINS	(162.764)	-	(162.764)
Reserva global de reversão	(10.758)	-	(10.758)
Encargos tarifários emergenciais	(34.068)	-	(34.068)
	(705.143)	-	(705.143)
Receita operacional líquida	1.503.261	-	1.503.261
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica (nota 26)			
Energia elétrica comprada para revenda	(733.582)	-	(733.582)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(162.917)	-	(162.917)
	(896.499)	-	(896.499)
Custo de operação			
Pessoal	(18.209)	-	(18.209)
Entidade de previdência privada	(355)	-	(355)
Material	(6.643)	-	(6.643)
Serviços de terceiros	(17.038)	-	(17.038)
Depreciação e amortização	(47.731)	-	(47.731)
Conta consumo de combustível	(67.570)	-	(67.570)
Conta de desenvolvimento energético	(46.954)	-	(46.954)
Outros custos de operação	(4.120)	-	(4.120)
	(208.620)	-	(208.620)
Custo de serviço prestado a terceiro			
Pessoal	(74)	-	(74)
Depreciação e amortização	(544)	-	(544)
Custos com manutenção	(349)	-	(349)
	(967)	-	(967)
Lucro operacional bruto	397.175	-	397.175
Despesas operacionais (nota 27)			
Despesas com vendas	(82.684)	-	(82.684)
Despesas gerais e administrativas	(91.381)	-	(91.381)
Amortização de ativo	-	(12.149)	(12.149)
	(174.065)	(12.149)	(186.214)
Resultado do serviço	223.110	(12.149)	210.961
Resultado de participações societárias	-	(16.127)	(16.127)
Receita (despesa) financeira (nota 28)			
Receita	40.474	-	40.474
Despesa	(125.017)	-	(125.017)
	(84.543)	-	(84.543)
Resultado operacional	138.567	(28.276)	110.291
Receita (despesa) não operacional (nota 29)			
Receita	1.323	-	1.323
Despesa	(17.505)	-	(17.505)
	(16.182)	-	(16.182)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	122.385	(28.276)	94.109
Contribuição social (nota 8)	5.175	-	5.175
Imposto de renda (nota 8)	14.376	-	14.376
Lucro líquido do exercício	141.936	(28.276)	113.660

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Receitas		
Receita de venda de energia e serviços	2.208.404	1.908.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.842)	(10.762)
Resultado não operacional	(16.182)	(13.177)
	2.152.380	1.884.825
Insumos		
Custo com energia elétrica	(984.909)	(894.380)
Serviços de terceiros	(48.430)	(40.182)
Material	(7.845)	(8.372)
Outros custos operacionais	(24.366)	(26.182)
	(1.065.550)	(969.116)
Valor adicionado bruto	1.086.830	915.709
Retenções		
Depreciação e amortização	(64.835)	(56.317)
Amortização de ágio	(12.149)	(15.779)
	(76.984)	(72.096)
Valor adicionado líquido	1.009.846	843.613
Valor adicionado transferido		
Resultado de participações societárias	(16.127)	(36.138)
Receitas financeiras	40.474	36.895
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.551	(49.711)
	43.898	(48.954)
Valor adicionado a distribuir	1.053.744	794.659
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	43.012	51.311
Impostos, taxas e contribuições	778.339	620.191
Despesas financeiras e alugueis	118.733	92.405
Dividendos sobre o lucro líquido	107.977	29.214
Lucros retidos	5.683	1.538
	1.053.744	794.659
Valor adicionado (médio) por empregado	730	565

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	113.660	30.752
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	64.835	59.319
Amortização de ágio	12.149	15.779
Provisão para contingências	3.874	7.343
Juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	103.634	82.627
Reversão da provisão de passivo atuarial	(2.973)	(806)
Perdas na baixa de ativo permanente	21.932	16.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.551)	49.711
Resultado de participações societárias	16.127	36.138
Outros	26.041	(12.057)
(Aumento) redução no ativo circulante e realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes	(63.200)	(22.780)
Tributos a compensar	(7.382)	(27.025)
Estoque	(500)	(763)
Despesas pagas antecipadamente	(1.166)	(2.562)
Diferimento de custos tarifários	39.628	26.631
Outros	(11.820)	(1.764)
Aumento (redução) no passivo circulante e exigível a longo prazo		
Fornecedores	19.945	(4.997)
Obrigações trabalhistas	464	324
Tributos e contribuições sociais	(30.524)	27.029
Diferimento de ganhos tarifários	(4.408)	463
Taxas regulamentares	(6.677)	4.655
Outros	20.312	2.460
Ajustes de exercícios anteriores	(12.350)	-
Geração operacional de caixa	282.050	286.794
Investimentos no ativo permanente		
Investimento	(197.961)	(17.838)
Imobilizado	(138.976)	(98.022)
Diferido	(799)	(1.952)
Contribuição e doação do consumidor	12.351	9.697
Caixa líquido aplicado nos investimentos	(325.385)	(108.115)
Financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	541.314	455.528
Amortização de empréstimos e financiamentos	(372.312)	(373.917)
Juros pagos por empréstimos, financiamentos e debêntures	(82.654)	(62.786)
Pagamento de dividendos	(50.000)	(51.000)
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	-	(149.201)
Caixa líquido gerado pelos financiamentos	36.348	(181.376)
Geração líquida de caixa	(6.987)	(2.697)
Saldo das disponibilidades no início do exercício	28.886	31.583
Saldo das disponibilidades no final do exercício	21.899	28.886

DIRETORIA

Sidney Simonaggio
Diretor Presidente

Eduardo Feldmann Costa
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

Wanderlei Gonzatto
Diretor de Operações

CONTROLADORIA

Joelson Barbosa Boeira
Gerente de Controladoria
CRC/RS 056979/O-4

Paulo Régis Barato da Silva
Gerente de Contabilidade
CRC/RS 051887/O-8

Parecer dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Rio Grande Energia S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- 3 Conforme descrito na Nota Explicativa 11, a ex-controlada integral Sul Geradora Participações S.A. optou pelo registro no ativo diferido do valor decorrente das variações nas taxas de câmbio ocorridas no exercício de 2001, computadas sobre as obrigações em moeda estrangeira. As práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Como consequência desse procedimento adotado pela ex-controlada integral o lucro do exercício de 2004 da controladora está apresentado a menor em R\$ 9.481 mil.

- 4 Somos de parecer que, exceto quanto ao efeito do assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 5 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do resultado segregado entre as atividades de distribuição e atividades não vinculadas, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do resultado segregado entre as atividades de distribuição e atividades não vinculadas, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2006

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Amoreti Franco Gibbon
Contador CRC 1SC011841/O-2

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e documentos da Rio Grande Energia S.A., do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, após análise e esclarecimentos prestados pela Diretoria, consoante o Parecer da Auditoria Externa, aprova os referidos documentos, por unanimidade, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 03 de março de 2006.

Luiz Maurício Leuzinger
Presidente

Aloísio Macário Ferreira de Souza
Vice-Presidente

André Béla Jánosky

Douglas José Scortegagna

Francisco Caprino Neto

João Alberto Schmitt

Marcelo Emilio Figueira

Otávio Carneiro de Rezende

Paulo Edgar Trapp

Valdir Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Rio Grande Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 14 de fevereiro de 2006, bem como as informações e esclarecimentos prestados, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 06 de março de 2006.

Inácio Clemente da Silva

Eduardo Grande Bittencourt

Carlos Roberto Innig